

Cibele Maria Ferraz

**Veja x Lula:
a mudança da representação de Lula na revista Veja**

Monografia apresentada ao Departamento de Jornalismo na Disciplina Projetos Experimentais do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador Acadêmico: Prof. Álvaro Eduardo Trigueiro Americano

Co – Orientador Acadêmico: Prof^a. Letícia Torres Americano

Juiz de Fora
2004

FERRAZ, Cibele Maria. *Veja x Lula: a mudança da representação de Lula na revista Veja*. Juiz de Fora: UFJF; FACOM; 1.sem.2004, - 78 fl. Mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.

Banca Examinadora:

Prof. Rodrigo Barbosa
Relator

Prof. Márcio de Oliveira Guerra
Convidado

Prof. Álvaro Eduardo Trigueiro Americano
Orientador

Prof^a. Letícia Torres Americano
Co-Orientador

Projeto examinado:

Em:

Conceito:

A Deus, que me abençoou dando-me saúde e coragem para superar todos os obstáculos surgidos.

A meus pais, por me incentivarem a perseguir meus objetivos e por me oferecerem a possibilidade de concretizar mais um sonho – talvez não só meu...

Aos meus irmãos, Silvana e Júnior pela compreensão e carinho que sempre demonstraram.

Ao Walisson por ter compartilhado comigo mais este momento de minha vida e, principalmente, por ter me incentivado a prosseguir quaisquer que fossem as dificuldades.

Aos professores Álvaro Americano e Letícia Torres, pela confiança em minha capacidade, pela paciência e interesse sempre demonstrados e por me direcionarem na construção deste trabalho.

A minhas eternas amigas Sabrina e Patrícia, por terem feito parte de uma etapa de minha vida que agora chega ao fim. Que não seja também o fim da amizade...

Enfim, a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu alcançasse mais esse objetivo.

SINOPSE

Análise de uma possível mudança na forma como a Revista *Veja* vem retratando Luiz Inácio Lula da Silva desde sua primeira candidatura à presidência do Brasil até os dias de hoje. Demonstração através de exemplos retirados da publicação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

2 IMPORTÂNCIA DO SINDICALISMO NO BRASIL

2.1 Primeiros registros de atividade sindical no Brasil

2.2 Anos 30 aos anos 60: o período populista

2.3 Década de 60 aos dias atuais: o movimento sindical ganha força

3 PT: O PARTIDO DOS TRABALHADORES DO BRASIL

3.1 ABC Lula

4 POR DENTRO DA HISTÓRIA DE VEJA

5 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE LULA NA VEJA

5.1 Brasil de 1989: o país clamava por mudanças

5.1.1 *Collor: o novo fator nas eleições de 1989*

5.1.2 *Veja e a cobertura da eleição presidencial de 1989*

5.2 Brasil em 1994: surgimento do Plano Real

5.2.1 *Eleição de 1994: Vitória do Real*

5.2.2 *Veja e a cobertura da eleição presidencial de 1994*

5.3 1998: A crise volta a ameaçar o país

5.3.1 *FHC: primeiro presidente reeleito do país*

5.3.2 *Veja e a cobertura da eleição presidencial de 1998*

5.4 Brasil em 2002: a esperança venceu o medo

5.4.1 *Eleição de 2002: a hora é agora*

5.4.2 *Veja e a cobertura da eleição presidencial de 2002*

5.5 Brasil em 2003: os desafios encontrados pelo governo petista

5.5.1 *Lula e o PT: o início dos conflitos*

5.5.2 *Veja em 2003: Agora é Lula lá*

6 CONCLUSÃO

1 REFERÊNCIAS

Segundo o mito da objetividade, os jornais emitem sua opinião apenas nos espaços destinados aos editoriais, enquanto permanecem neutros nos demais gêneros jornalísticos. Esta neutralidade de manual de estudante de jornalismo é, em freqüentes casos, a consumação da hipocrisia ...

Ismar de Oliveira Soares

A monografia apresentada a seguir – *Veja x Lula: a mudança da representação de Lula na revista Veja* – é fruto de aproximadamente 6 meses de trabalho para a conclusão do curso de Comunicação Social.

Nossa proposta, nesta pesquisa, é tentar demonstrar uma possível mudança na forma como a revista *Veja* vem retratando o atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. O estudo de caso estará focado na maneira como a revista vem apresentando o candidato e seu partido – o PT – e suas idéias durante as quatro últimas eleições presidenciais realizadas no Brasil, nas quais o petista foi candidato.

Buscamos analisar ainda, como os textos da publicação são construídos de forma a passar para o leitor a impressão de que a realidade mostrada pela revista é um fato acabado, inquestionável. As matérias de *Veja* seriam produzidas então, de forma que a versão de algum acontecimento se transformasse num fato a ser aceito por grande parte de seus leitores, uma espécie de verdade final.

Para este trabalho, o corpo principal da pesquisa é formado por 30 exemplares da revista *Veja*, veiculados nos anos de 1989, 1994, 1998, 2002, 2003 e 2004. As edições selecionadas abordam as quatro candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência do Brasil, culminando em sua vitória no ano de 2002. Além disso, para que pudessemos analisar uma possível alteração na maneira como *Veja* passou a retratar Lula após sua vitória, julgamos conveniente incluir as revistas do ano de 2003 – primeiro ano do Governo Lula – e do primeiro semestre de 2004 – período em que está sendo produzido este trabalho.

Uma das principais premissas do jornalismo baseia-se no fato de que o leitor, ao receber uma determinada informação, saberá distinguir o fato da versão apresenta-

da sobre o fato. No entanto, conforme afirma o autor Ismar de Oliveira Soares, em seu livro “Para uma leitura crítica dos jornais”, “... a freqüência com que os fatos são distorcidos e canalizados para a defesa de determinadas ideologias prejudica o entendimento que o leitor procura fazer da realidade que o envolve”. (SOARES, 1984, p. 15). Questionar e tentar investigar a suposta parcialidade e falta de objetividade por parte de *Veja*, quando esta aborda assuntos relacionados ao atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva estão entre os objetivos deste trabalho.

Na verdade, provavelmente *Veja* não se diferencia dos demais veículos de comunicação do Brasil ao reproduzir a visão da classe dominante e, assim, defender sua ideologia. Por ser uma publicação que serve de referência no quesito informação, muitas vezes seus leitores podem não fazer uma leitura crítica das matérias, aceitando suas idéias como verdades inquestionáveis. Dessa forma, *Veja* poderia continuar perpetuando sua ideologia e, automaticamente, a ideologia da classe que defende entre seus leitores.

Em muitas reportagens analisadas podemos perceber que várias vezes a opinião da revista aparece explícita nas matérias e, em outros momentos, é colocada nas entrelinhas, apresentada na voz dos entrevistados.

Inicialmente, para demonstrar a importância da eleição de um ex-metalúrgico para a presidência do Brasil, julgamos conveniente fazer um breve histórico do sindicalismo no Brasil. Esta retrospectiva serve para mostrar a evolução de um movimento que, primeiramente reprimido pelas classes empregadoras, foi capaz de erguer-se, fazer valer suas idéias e, então, passar a ser instrumento de representatividade dos trabalhadores. Essa contextualização histórica serve ainda, para mostrar qual era a situação pela qual o Brasil passava no momento em que Lula surgiu como importante

liderança sindical no ABC Paulista. Conseqüentemente, faz-nos entender o início de sua trajetória rumo à Presidência.

O capítulo seguinte foi dedicado à história do PT, partido com o qual Lula possui tamanha ligação que, em certos momentos, torna-se difícil separá-los - Lula participou da fundação do partido em 1979 e sempre figurou como um de seus principais líderes.

O capítulo 4 traz a história da Revista *Veja* – veículo-tema de nosso trabalho. Sua criação e as dificuldades pelas quais passou até firmar-se como a mais respeitada revista semanal de informação do Brasil, ajudam a explicar sua postura diante dos fatos políticos.

A partir daí, desenvolvemos este trabalho analisando as matérias divulgadas por *Veja* nas eleições presidenciais, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi candidato. Antes da análise de cada eleição, optamos por fazer um retrato da situação pela qual o país passava nos anos em questão, além de apresentar os principais candidatos concorrentes e suas propostas. Acreditamos que, desta forma, conseguiríamos identificar com mais clareza a opinião veiculada pelas matérias de *Veja*.

Este trabalho não tem a intenção de julgar ou fazer qualquer juízo de valor em relação aos objetos de estudo a que se propõe estudar. Ao contrário, pretende inserir observações e dados em uma das grandes discussões do jornalismo - a obrigação dos veículos de comunicação procurarem sempre, e com o máximo de empenho possível, mostrar todos os lados de cada questão, de cada assunto, de cada personagem. Se a *Veja* cumpre esta função? Vamos tentar descobrir nas próximas páginas deste projeto...

2 IMPORTÂNCIA DO SINDICALISMO NO BRASIL

Para falarmos da história do movimento sindical no Brasil, é preciso que dividamos o período em três fases: de 1889 a 1930; de 1930 a 1960 e de 1961 até os dias de hoje. Estas fases demonstram a mudança do relacionamento existente entre Governo e entidades sindicais.

2.1 Primeiros registros de atividade sindical no Brasil

Os primeiros registros de atividades sindicais que se têm no Brasil datam de 1889. No entanto, até meados dos anos 30, os sindicatos e associações ainda não dispunham de organização e autonomia para agir, ficando muitas vezes impedidos de fazer valer suas idéias e ideais. Como afirma Luís Werneck Vianna, em seu livro “Liberalismo e sindicalismo no Brasil”, “a fixação de etapas na história do movimento operário e sindical tem obedecido preferentemente a critérios endógenos à organização sindical”. (VIANNA, 1978, p.36)

Entretanto é possível que se divida a história do sindicalismo no Brasil em períodos conforme a relação estabelecida com o Estado. “A reconstituição da movimentação operária nos anos pré-30 não deixam dúvidas sobre sua natureza reivindicante, capacidade de organização e aglutinação de grandes massas operárias”. (VIANNA, 1978, p. 32)

Ainda segundo Luís Werneck Vianna, entre os anos de 1889 e 1891, os movimentos operário e sindical, embora livres, não reuniam condições para interferir na regulamentação do trabalho, uma vez que o mercado regia-se por funções “naturais”, ou seja, o mercado de trabalho não-escravo era caracterizado pelo de-

envolvimento de atividades mutualistas, onde tanto empregado quanto empregador saíam beneficiados. Ao longo da República Velha (1889 –1930), o movimento operário fez-se presente na cena política, apesar da negação sistemática - por parte da elite dirigente – da existência da “questão social”.

A partir de 1890, o número de greves, paralisações, comícios, protestos e passeatas cresceu significativamente. Entretanto, é importante assinalar que não se tratou de uma curva ascendente e contínua. De fato, a dinâmica do movimento evidencia períodos de intensa agitação aos quais seguiram-se outros de recuo e marasmo. (LUCA, 2001, p. 35 e 36)

No início de século XX, os operários do Brasil estavam divididos pela nacionalidade e pela língua. Eram italianos, espanhóis, portugueses. Mesmo os de uma mesma nacionalidade às vezes vinham de diferentes regiões do país de origem. Este fato acabava dificultando a união dos trabalhadores em defesa de seus interesses. Devido a sua origem rural, também desconheciam os sindicatos e as conquistas trabalhistas em outros países e não estavam acostumados às relações impessoais do capitalismo. Ignoravam a força da união para obter conquistas trabalhistas e procuravam resolver individualmente seus problemas no trabalho, buscando a proteção dos chefes ou patrões.

Em 1907 foi criada a legislação dos sindicatos operários e entidades patronais. Estes eram definidos como agremiações civis dotadas de autonomia em relação ao Estado, que não interferia no seu funcionamento. No entanto, as manifestações essenciais que caracterizam as atividades sindicais – como as reuniões de representantes das classes de trabalhadores, as agitações públicas - eram consideradas ilegítimas.

De 1908 a 1912 o número de greves do Brasil diminuiu. A violenta repressão policial, a expulsão de líderes sindicais estrangeiros e o desemprego que atingiu o país devido à crise de economia cafeeira são algumas das causas do declínio do

movimento sindical. Havia também excesso de mão-de-obra industrial, com a vinda de trabalhadores desempregados do campo para as cidades.

Somente a partir de 1919 é que o Governo viu-se obrigado a regular as condições de trabalho, apesar dos empresários terem tentado - por meio de suas associações - obstruir e/ou retardar toda e qualquer intervenção no mercado de trabalho, com o intuito de resguardar seus lucros.

É preciso notarmos como os sindicatos tornaram-se importantes atores sociais no Brasil a partir dos anos 20. Cidades como Rio de Janeiro e São Paulo ganharam destaque com o surgimento das associações, sindicatos e partidos políticos que se propunham a organizar os trabalhadores e a lutar pela melhoria das condições de trabalho.

(...) a partir dos anos 1917 – 1920, sob a pressão das grandes greves e mobilizações dos trabalhadores, que os debates a respeito do assunto entraram de fato para a agenda política, forçando empresário, legisladores e poder público a levarem em conta as suas demandas. (LUCA, 2001, p. 51)

2.2 Anos 30 aos anos 60: o período populista

Em 1930, Getúlio Vargas, eleito presidente da República, percebeu que a regulamentação do trabalho seria inevitável em função da necessidade do Brasil se adequar às regras do capitalismo e dos interesses dos grandes grupos nacionais e estrangeiros. Para isso, Getúlio cria uma nova estrutura de controle dos sindicatos pelo Estado, obrigando-os a subordinarem-se às diretrizes do Ministério do Trabalho. Com isso, muda-se a concepção dos sindicatos, que deixavam de ser encarados como órgãos de luta para tornarem-se uma espécie de agência ministerial.

Entre os anos de 1931 e 1934 o Estado passou a restringir a autonomia da vida associativa das classes trabalhadoras a partir da criação da legislação sindical.

O decreto 19.770, de março de 1931, trouxe consigo uma série de mudanças importantes no que diz respeito à definição, finalidades e atualização das associações de classe. O texto de 1931 considerava os sindicatos como órgãos técnicos e consultivos, destinados a colaborar com o poder público.

Na nova estrutura, os sindicatos perdiam sua autonomia, devendo abster-se de atividades políticas e subordinar-se às diretrizes do Ministério do Trabalho, em torno do qual passavam a gravitar. Tratava-se de redefinir a concepção de sindicato, que deixava de ser encarado como órgão de luta para tornar-se uma espécie de agência ministerial. (LUCA, 2001, p. 53)

Apesar disso, os sindicatos não se deixaram conter nos canais institucionais recém-criados, conservando muito de sua autonomia anterior.

Entre 1934 e 1935, com a Carta de 1934, o Brasil passa a ter autonomia e pluralidade sindicais em preceitos constitucionais. O movimento operário e sindical teve livre atuação sobre o mercado, apesar de não ter tido verdadeira isenção do controle do Estado. Segundo Luís Werneck Vianna em seu livro “Liberalismo e sindicalismo no Brasil”, uma radical transformação do movimento sindical se dará entre 1935 e 1946. Isso acontecerá após a chamada Intentona Comunista (1935), quando os sindicatos passarão a não ter força para transgredir a legalidade que lhes foi imposta.

Desde dezembro de 1945 até março de 1946, ocorreu uma série de greves envolvendo dezenas de milhares de trabalhadores de diferentes categorias. A luta pela conquista do abono de Natal e por aumento de salários constituía-se na principal reivindicação da maioria das greves ocorridas.

A recuperação de sua liberdade de ação aconteceu entre 1946 e 1964 quando os sindicatos, mesmo tendo de obedecer às leis impostas pelo Ministério do Trabalho, recuperaram sua personalidade privada. Os sindicatos, apesar de submetidos à fiscalização do Ministério do Trabalho, ora conseguiram livre exercício para agir,

burlando os marcos legais - realizando passeatas e reuniões de trabalhadores; ora viram-se obrigados a submeterem-se às regras impostas pelo Estado – abstendo-se das atividades políticas e seguindo imposições feitas pelo Ministério do Trabalho.

Com a redemocratização, a estrutura controladora montada pelo Ministério do Trabalho e toda a sua rede de sindicalistas pelegos, submissos aos desejos do poder, não foram suficientes para evitar a organização dos assalariados nos locais de trabalho, o aparecimento de líderes não comprometidos com as estruturas burocráticas e a formação de comissões de fábrica, de salários e de greve, eleitas pelos próprios interessados. (LUCA, 2001, p. 67)

2.2 Década de 60 aos dias atuais: o movimento sindical ganha força

Durante o Governo de João Goulart, que se estendeu de setembro de 1961 a março de 1964, a mobilização de trabalhadores rurais e urbanos assumiu proporções até então desconhecidas, envolvendo sindicatos, ligas camponesas, setores da Igreja Católica, estudantes e intelectuais. Multiplicaram-se as greves de conteúdo político, ou seja, paralisações cujo objetivo era pressionar o poder público a tomar determinadas medidas tal como ocorreu, entre agosto e setembro de 1961, quando trabalhadores cruzaram os braços para exigir a posse de João Goulart, ou na greve do ano seguinte, feita em prol da formação de um ministério democrático e nacionalista. Os assalariados queriam uma participação mais ativa nas grandes questões sociais.

Já em março de 1964, apavoradas com o rumo político nacional e considerando que o Congresso não teria forças para conter o movimento popular, as forças conservadoras deflagraram o movimento que derrubou o governo constituído. Com o Golpe Militar do dia 31 de março começou um período autoritário que reprimiu o movimento popular. Com isso, foi interrompido o período liberal do populismo no Brasil e as forças populares emergentes passaram a ser severamente controladas pelo

aparelho repressivo. O golpe militar de 1964 significou um verdadeiro choque para as organizações populares: inúmeros sindicatos foram fechados ou sofreram intervenção, lideranças foram perseguidas, muitos foram presos.

Na fase do movimento sindical vivida durante a Ditadura Militar (1964-1978) o Brasil passou a ter uma legislação que inviabilizava a vida operária independente. Dessa forma, os sindicatos passaram a ter diversas funções de caráter estatal, ficando submetidos a uma série de medidas administrativas e repressivas. Apesar do ambiente de repressão vivido durante o Governo Militar, os movimentos populares continuavam acontecendo com certa constância, no entanto, de forma dispersa. Todos sabiam e o Governo não deixava que alguém esquecesse que cada protesto correspondia a represálias como: cassação de mandato político ou sindical, intervenção em associações e órgãos de representação.

Somente a partir de 1978, ressurgiu no Brasil uma nova liderança sindical, apoiada nas comissões de fábrica e comandos de greve, que pregava a autonomia dos sindicatos. As greves públicas voltam a eclodir depois de dez anos de repressão, mas, na maioria das vezes, foram coibidas pela polícia.

A partir de 1978, movimentos grevistas tomaram conta da região do ABC Paulista (...) uma das mais industrializadas do país e que abrigava fábricas grandes e modernas, produtoras de bens de consumo duráveis e que contavam com dezenas de milhares de operários. Apesar da legislação antigreve, os trabalhadores passaram a desafiar o governo e sua política salarial, realizando gigantescas paralisações que chegaram a reunir mais de 80 mil grevistas. (LUCA, 2001, p. 93)

Centenas de milhares de trabalhadores, tanto do campo quanto da cidade, deram novo impulso às atividades sindicais.

Houve um reordenamento das forças políticas, uma nova esquerda independente emergiu, enquanto outros grupos e a esquerda tradicional, até então inseridos no movimento, vieram à luz com propostas e programas definidos de transformação social. (VERDELHO, 1986, p.24)

Dentre os dirigentes que se destacaram podemos enfatizar Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que viria a se tornar uma reconhecida liderança nacional. Mais detalhes sobre a vida de Luiz Inácio Lula da Silva e os caminhos que ele percorreu para tornar-se uma das principais figuras do PT serão tratados nos próximos capítulos.

3 PT: O PARTIDO DOS TRABALHADORES DO BRASIL

Apesar de ter sido oficialmente criado em 1980, através da união de sindicalistas, intelectuais e estudantes, a proposta de organização de um partido dos trabalhadores já vinha sendo discutida no meio sindical ao longo do ano de 1979. A situação do país deixava claro que um partido de trabalhadores só teria legitimidade se nascesse de um programa feito pelos próprios trabalhadores, sem interferência dos patrões.

... Era o início de um período de significativas transformações na vida política brasileira. A partir daí os trabalhadores conseguiram, contra a vontade da burguesia aliada às forças armadas, ter alguma participação no processo político-social do país, chegando, inclusive, a criar um partido político, o Partido dos Trabalhadores. (VERDELHO, 1986, p.80)

Depois de 16 anos de Ditadura Militar, o Brasil vivia - nos anos 80 - uma lenta e gradual abertura política e econômica. A marca do poder exercido durante o Governo Militar era a restrição à criação de partidos políticos. Dessa forma, somente duas correntes eram permitidas de manifestar suas ideologias: a Arena – Aliança Renovadora Nacional e o MDB – Movimento Democrático Brasileiro. Os dois, apesar de muitas vezes manterem posicionamentos políticos muito próximos, teoricamente, representavam pólos políticos opostos.

Em 1978, um ano antes do fim do regime militar no Brasil, o movimento sindical do ABC Paulista – mais independente e organizado – promovia a primeira greve em 10 anos. Os trabalhadores reivindicavam o fim do arrocho salarial e a volta do direito a greves, perdida durante os Governos Militares. O movimento atingiu uma proporção nacional e diversos líderes sindicais chegaram a ser presos, entre eles, Luiz Inácio Lula da Silva.

No dia 24 de janeiro de 1978, foi apresentada e aprovada uma tese elaborada pelos metalúrgicos de Santo André para discussão no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, realizado em Lins - SP. O IX Congresso, que representava mais de um milhão de metalúrgicos, deixava claro que um partido de trabalhadores só teria legitimidade se nascesse de um programa feito pelos próprios trabalhadores, sem interferência dos patrões. Dessa reunião saiu a proposta de organização de uma comissão com representantes de outros estados para discutir o programa e os estatutos do futuro partido.

Os movimentos sociais carregavam nesta época o mérito de forçar uma mudança no quadro bipartidarista criado pelo governo militar. Do grupo sindical, inicialmente, surgiam, então, duas dissidências: os sindicatos paulistas do ABCD acabaram dando origem ao Partido dos Trabalhadores e o grupo sindical, que se opunha à tese de criação de um partido, foi para o renascido PTB, cujo retorno, diante de tais fatos, passou a ser visto com reservas por alguns grupos que viam nele uma estratégia governista de controlar o movimento sindical. (FREITAS, 2002, p. 37)

Apesar disso, o dia 10 de fevereiro de 1980, ficou marcado como sendo o dia da fundação do Partido dos Trabalhadores. Essa data foi estabelecida porque, durante uma reunião realizada no Colégio Sion, cumpriu-se uma formalidade indispensável, de acordo com a Lei Orgânica dos Partidos, para que o registro da nova agremiação se tornasse possível: a aprovação do Manifesto, com um mínimo de 101 assinaturas, expressando os objetivos e as linhas fundamentais de pensamento que deveriam ser a base da proposta do partido.

Dessa forma, a partir de 1980, o PT uniu trabalhadores, intelectuais e acadêmicos. A criação do Partido dos Trabalhadores aconteceu num momento em que toda a sociedade brasileira vivia seu renascimento para o debate político, para a discussão das grandes questões nacionais, numa caminhada com destino à democracia. Todos se movimentavam: a Igreja Católica com suas comunidades eclesiais de

base, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa. Surgiram movimentos em defesa dos direitos dos negros e das mulheres. Depois de anos e anos do sufoco da ditadura militar, o Brasil despertou.

Já em 1985, o PT utilizava-se de seu espaço gratuito nos veículos de comunicação para estimular seus militantes e simpatizantes a construírem suas sedes. Aos poucos, ao PT, foram sendo incorporados trabalhadores de outras origens como lideranças populares ligadas à Igreja; intelectuais que se identificavam com as causas sociais e democráticas; estudantes participantes dos movimentos estudantis; trabalhadores rurais; feministas; artistas; jornalistas, entre outros.

Todas estas classes reunidas contribuíram para que o PT mantivesse seu propósito de criação: ser um partido de minorias sociais excluídas. Apesar de nem todos os movimentos que se uniram ao PT terem representatividade na sociedade, era muito importante para o partido tê-los unidos dentro de uma única sigla.

De eleição em eleição o PT cresceu, adquiriu experiência administrativa e amadureceu politicamente. Tudo isso culminou – após eleger vereadores, prefeitos, deputados e senadores – na conquista da Presidência da República no ano de 2003.

3.1 ABC Lula

Para que se possa entender o caminho percorrido pelo PT nestes 23 anos desde sua fundação é imprescindível que, simultaneamente, falemos sobre a trajetória de uma pessoa que, de tão presente em toda a história do Partido dos Trabalhadores, tornou-se praticamente impossível separá-los.

Em outubro de 1945, em Vargem Grande, atual Caetés, numa família de pequenos lavradores, nasceu Luiz Inácio da Silva. Lula ainda era bebê quando o pai, Aristides, migrou para trabalhar em São Paulo, na estiva do porto de Santos. No sertão de Pernambuco ficou a mulher, Dona Eurídice, e os oito filhos. Já em 1952 foi a vez da mãe, Lula e seus sete irmãos cumprirem o ritual de milhões de nordestinos. Numa viagem de 13 dias num pau-de-arara, migraram para o Guarujá, no litoral paulista.

Em 1956, Lula, a mãe e os irmãos se mudaram para a capital paulista, mas as condições de vida não melhoraram muito. Moraram num quarto minúsculo nos fundos de um bar, na Vila Carioca. Todos trabalhavam.

Lula começou a trabalhar como engraxate e, aos 12 anos, fazia entregas para uma tinturaria. Aos 14 conseguiu seu primeiro emprego com carteira assinada, numa metalúrgica. Mesmo trabalhando 12 horas por dia, Lula ainda arranjava tempo para seguir um curso de torneiro mecânico no Senai, concluído em 1963. No ano seguinte, começou a trabalhar na metalúrgica Aliança. Foi nessa ocasião que Lula acabou perdendo seu dedo mínimo da mão esquerda num acidente.

Em 1966, Lula ingressou nas Indústrias Villares. Essa época marcou a entrada de Lula no sindicalismo por influência do irmão mais velho, Frei Chico, militante extinto do Partido Comunista. Segundo o próprio Frei, Lula não tinha grandes tendências políticas antes disso e, inclusive falava que não entendia muito do assunto. Foi o início de sua paixão pela política.

Em 1969, Lula casou-se com a também operária Maria de Lourdes, que acabou morrendo dois anos depois decorrentes de problemas no parto. Nos anos seguintes, Lula participou intensamente da vida sindical. Em 1972, foi eleito primeiro-

secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema (atual Sindicato do ABCD).

Entre 1975 e 1978, Lula foi eleito duas vezes presidente da entidade. Na mesma época já se encontrava casado com a atual primeira dama, Marisa Leticia.

Esta fase foi muito importante para a consolidação de Lula como uma nova liderança política no Brasil. O país estava sob o regime militar e as greves organizadas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC contribuíram para acelerar o final da Ditadura. Lula era o líder das greves do ABC, que procuravam conscientizar os trabalhadores da sua força política e, também, deixar claro o anseio de liberdade e justiça, compartilhado por toda a sociedade brasileira.

Nos anos 1980, ainda na ditadura, Lula e o PT se firmaram como uma força nova na política nacional. Cerca de 160 mil trabalhadores aderiram à paralisação que foi considerada pela imprensa da época como a maior já realizada na história do sindicalismo brasileiro.

Ainda em 1980, Lula foi preso e enquadrado na lei de segurança nacional pelo DOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), tendo seu mandato sindical suspenso. Lula e mais sete sindicalistas foram presos como forma de pressionar os operários em greve a retornar ao trabalho. Pouco tempo depois Lula foi solto após ter sua liberdade negociada entre patrões e empregados em greve.

No mesmo ano, Lula fundou o Partido dos Trabalhadores juntamente com outros sindicalistas, intelectuais e acadêmicos. Em 1982, candidatou-se a governador do Estado de São Paulo e incorporou o apelido Lula ao nome. Acabou perdendo as eleições, ficando em quarto lugar com 1.133.695 votos. Em 1983, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores – a CUT.

No ano seguinte, o PT estava na origem da campanha “Diretas Já”, defendendo o direito de votar para presidente da República. Já com uma vida política mais consolidada, em 1986, candidatou-se a deputado federal pelo PT e conquistou a vitória com cerca de 650 mil votos. Obteve a maior votação do país.

O fato de pertencer a um partido minoritário e exercer mandato na época da elaboração da constituinte foram fatos que fizeram com que Lula não tivesse grande visibilidade como deputado federal, embora mantendo o comprometimento com o lado social pregado durante a campanha. Daquela fase, ficou famosa a frase em que ele se refere aos membros parlamentares da Câmara como trezentos picaretas com anel de doutor. (FREITAS, 2003, p. 49)

Em 1989, os brasileiros, depois de quase trinta anos de regime militar, finalmente conquistaram o direito de ir às urnas escolher o Presidente da República. Lula lançou sua candidatura à presidência no ABC Paulista. Sua campanha foi feita por centenas de comitês populares que, mesmo sem grandes financiadores, conquistaram 31 milhões de votos. Lula chegou em segundo lugar, perdendo para Fernando Collor de Melo (PRN).

O candidato que busca a Presidência em 1989 desencadeia uma nova saga nacional e ganha, atropeladamente, um imaginário diferente, chegando, de forma prematura, à abrasão de um mito. (...) A eleição de 1989 tem, ainda, todo cenário dessa vindicação prematura, em que o operário vai direto à tentativa de arrebatá-lo o poder das elites enraizadas na tranqüilidade pétreia de um status quo. (MENDES, 2002, p. 115)

Enquanto isso, o PT elegia seu primeiro senador, Eduardo Suplicy, 35 deputados federais e 81 estaduais. Chegou 1992 e Lula comandou o PT na campanha pelo “impeachment” do então presidente Fernando Collor.

Em 1993, após anunciar novamente sua candidatura à Presidência, Lula deu início a uma série de viagens pelo Brasil, que denominou de “Caravana da Cidadania”. Percorreu mais de 40 mil quilômetros, cobrindo o país de ponta a ponta, com um só objetivo: segundo Lula, conhecer de perto as pessoas e os desejos do Brasil real. O PT perdeu a disputa para a Presidência ainda no primeiro turno para o candi-

dato do PSDB Fernando Henrique Cardoso, um dos idealizadores do Plano Real. Mesmo assim, o PT elegeu os governadores do Distrito Federal e do Espírito Santo, quatro senadores, 50 deputados federais e 92 estaduais.

Em 1995, Lula deixou a presidência oficial do partido para José Dirceu e passa a assumir o cargo de presidente de honra. Em 1998, Lula disputou, pela terceira vez, a Presidência da República. Antes de candidatar-se, enfrentou divergências internas de setores do PT que consideravam sua imagem desgastada demais. Lula conseguiu fazer valer sua vontade e enfrentou novamente Fernando Henrique Cardoso nas urnas. Mais uma vez o candidato petista foi derrotado ainda no primeiro turno. Obteve 32% dos votos, mas Fernando Henrique foi reeleito. Simultaneamente, o PT crescia, conquistava os governos do Rio Grande do Sul, do Acre, do Mato Grosso do Sul, fazia três senadores, 59 deputados federais e 90 estaduais.

Em 2002, Lula venceu o senador Eduardo Suplicy na prévia do PT para indicar o nome que representaria o partido nas eleições presidenciais. Fechou aliança com o PL, que indicou o nome o empresário José Alencar para vice-presidente. Lula liderou as pesquisas durante toda a campanha. Ao mesmo tempo, ganhava apoio dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco. Foi eleito Presidente do Brasil após derrotar, no segundo turno, o candidato do Governo José Serra (PSDB).

Os detalhes sobre a posse de Lula, seu primeiro ano de Governo e as dificuldades que enfrentou dentro do próprio partido serão retratados nos capítulos a seguir.

4 POR DENTRO DA HISTÓRIA DE VEJA

Para começar a falar de *Veja* é preciso retornar ao ano de 1968. Nesta época, a Editora Abril estava em condições de lançar uma revista semanal – no caso, *Veja* - já que contava com uma boa gráfica, revistas de sucesso e capacidade de endividamento. Roberto Civita, filho de Victor Civita, dono da Abril, convenceu o pai de que *Veja* não deveria ser uma revista ilustrada, e sim um semanário de notícias nos moldes das americanas *Times* e *Newsweek*. Convidaram o jornalista Mino Carta para dirigi-la.

Era a escolha lógica. Ele reunia experiência e talento. (...) Preocupava-se em ensinar. Dizia aos jornalistas que a língua portuguesa tem mais de cinquenta palavras, e todas poderiam ser usadas. Que não se deve escrever sobre o que não se entende porque o leitor também não entenderá. (CONTI, 1999, p. 368)

Mino Carta contratou vários jornalistas que acabaram aprendendo a fazer revista com a experiência do dia-a-dia. O físico Raimundo Pereira foi um dos que mais se destacou. Ele “inventou-se como editor, e inventou o editor da *Veja*: o jornalista que apura e fecha matérias”. (CONTI, 1999, p.75)

Da união entre Mino Carta e Raimundo Pereira nasceu um modo de fazer revista semanal de notícias. Em *Veja*, a cobertura política seria o eixo.

*A revista seria respeitada na medida em que fosse uma referência nas crises políticas. Ela buscaria o furo. Teria de ser corajosa e independente. (...) o jornalista de *Veja* trabalhava em equipe, sob um chefe que era repórter como ele. Uma equipe que tratava de descobrir notícias que os jornais não tinham, e apresentava os fatos melhor que eles, pois averiguaria o que se passou nos bastidores, daria o sentido dos acontecimentos. (CONTI, 1999, p. 74 e75)*

Três meses depois do lançamento de *Veja*, o Presidente Costa e Silva editou o AI-5 e fechou o Congresso. Com o Ato Institucional nº5, o autoritarismo do presidente e de seus assessores era ampliado. Restabeleciam-se as demissões sumári-

as, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Além disso, suspendi-
am-se os direitos constitucionais de liberdade de expressão e reunião.

As emissoras de televisão, as rádios e as redações de jornais e revistas foram ocupadas por censores recrutados na polícia e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Intelectuais como Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Caio Prado Júnior foram perseguidos.

A decretação do AI-5, que colocou a nação no mais obscuro autoritarismo, era um reflexo do distanciamento entre as promessas democratizantes e a prática repressora. O AI-5 foi um complicador para *Veja*, já que desde o surgimento de sua idéia original, ela deveria ter forte inclinação política.

Victor Civita era mais empresário do que jornalista. Gostava de estar bem com todo mundo, inclusive com o Governo. Não encarava a necessidade de independência editorial como um princípio jornalístico. A questão da independência foi introduzida na Abril por Roberto Civita e Mino Carta ... (CONTI, 1999, p. 372)

Menos de um ano depois de seu lançamento, e sob censura do AI-5, *Veja* estava numa situação ruim. De uma tiragem de 700 mil exemplares – número de seu lançamento – caiu para menos de 70 mil. Os anunciantes sumiram e as demissões na redação se tornaram uma constante. Editorialmente, *Veja* ainda não havia se encontrado. A revista continuava vendendo mal, perdendo dinheiro e queimando todos os lucros obtidos com as outras publicações e investimentos da Editora Abril.

No entanto a censura não era o único contratempo enfrentado pela revista. A campanha publicitária de lançamento de *Veja* levou os leitores a acreditarem que a publicação se assemelharia a Manchete. Estavam errados.

Sua diagramação era confusa, e as reportagens, prolixas. Lentamente, Mino Carta melhorou-a. Chamou Millôr Fernandes para fazer duas páginas de humor. Publicou resenhas de filmes e livros. Colocou na abertura da revista uma entrevista com perguntas e respostas. Havia um estoque de papel amarelo sobrando na gráfica, e ele foi usado na nova seção. Como se tornou uma marca, quando o papel acabou, utilizou-se tinta amarela para colorir as páginas da revista. (CONTI, 1999, p. 369)

Apenas no final de 1969 *Veja* encontrou seu caminho editorial. Porém somente em 1974 a censura prévia à revista foi suspensa. No entanto, continuavam os telefonemas e telex proibindo a divulgação de algumas notícias. Depois de algum tempo, Victor Civita foi avisada de que *Veja* voltaria a ser censurada previamente e todo material a ser publicado teria de ser enviado aos censores na terça-feira, o que comprometeria o funcionamento da revista, e até poderia inviabilizá-la. “A censura retornou, mas de uma maneira que permitiu o funcionamento da revista. As reportagens, fotos e desenhos eram enviados diariamente à Polícia Federal”. (CONTI, 1999, p.371) Em junho de 1975, o governo acabou definitivamente com a censura da revista.

Os lucros obtidos com a venda de *Veja* vieram apenas em 1974, um pouco antes do fim da censura. Até então, todo o lucro obtido pela Editora Abril era consumido por *Veja*. A revista começou a sair do buraco quando começou a vender assinaturas.

Não se vendiam assinaturas de revistas porque os jornalheiros do Rio e de São Paulo não permitiam. Se uma publicação dava início a uma campanha de assinaturas, os jornalheiros a escondiam nas bancas, colocando-as embaixo de pilhas de concorrentes. Não vendiam nenhum exemplar de uma revista que trouxesse anúncios de assinaturas. (CONTI, 1999, p. 78 e79)

Roberto Civita se reuniu com representantes das bancas do Rio e de São Paulo e fechou um acordo verbal (que foi cumprido à risca): queria a autorização deles para vender assinaturas de *Veja*. Essa seria a única maneira de salvá-la. Se a venda de assinaturas não fosse o suficiente para tirá-la da dificuldade, *Veja* seria fechada. Em troca da permissão para a venda de assinaturas de *Veja*, Roberto Civita prometeu que não venderia assinaturas de nenhuma outra publicação da Abril. O acordo foi cumprido e *Veja* passou a conquistar leitores e, conseqüentemente, a dar lucro.

Em 1975 Mino Carta pediu demissão da *Veja*. Em seu lugar entraram dois redatores-chefe, José Roberto Guzzo e Sérgio Pompeu. Pouco tempo depois, Guzzo passou a dar ordens sozinho.

Guzzo assumiu sozinho a direção de Veja aos 34 anos. Tinha uma concepção geral do que deveria fazer. Concepção que desenvolvera antes, como editor de Internacional, e segundo a qual as matérias tinham de ser claras, interessantes e bem escritas. Tinham de ter começo, meio e fim. (...) O leitor deveria gostar de ler as reportagens e não atravessá-las como quem cumpre a obrigação de se informar. (...) De vez em quando, pensava Guzzo, a revista deveria agitar – publicar algo inédito, surpreendente, um furo – para ser comentada, despertar a curiosidade dos não-leitores. (CONTI, 1999, p. 69)

Guzzo contratou Élio Gaspari, que havia trabalhado com Mino Carta, para ser seu diretor-adjunto.

Entre 1979 e 1983, Gaspari trocou mais de 90% da redação de Veja. Até Millôr Fernandes foi demitido por ter apoiado, em sua seção na revista, a campanha de Brizola em 1982. A política deixou de ser um embaraço quando Figueiredo rompeu com Veja durante uma viagem a Paris. (...) Em seus nove anos como diretor-adjunto a tiragem de Veja saltou de 300 mil para 800 mil exemplares vendidos por semana. (CONTI, 1999, p. 106)

Entre 1991 e 1997, Mário Sérgio Conti assumiu a direção geral de *Veja*. Preocupado com a situação que encontrara – “achava que a revista estava fraca e a redação precisava ser reforçada” – Conti sugeriu a Roberto Civita que ele aumentasse o orçamento destinado à *Veja* para que pudesse contratar melhores jornalistas e que tentasse conseguir um curto estágio para ele em *Times* e *Newsweek*. Roberto concordou com os dois. Conti relata que uma das sugestões que recebeu na redação de *Times* foi que criasse a categoria dos editores especiais – jornalistas respeitados e qualificados que se dedicam exclusivamente a apurar reportagens de maior relevância e a escrever ensaios.

Em 1997, Tales Alvarenga passou a ser o quarto diretor de *Veja*. Tales comandou uma transformação na revista. Abriu espaço para assuntos como globalização, novos embates no cenário nacional, política nacional, mas, sem deixar de cobrir assuntos gerais como saúde, educação, ciência e cultura. Outra mudança que Tales

Alvarenga também introduziu em Veja foi a inclusão de mais fotos e gráficos destinados a tornar a leitura mais agradável.

No lugar de Tales Alvarenga, em 2004, entrou Eurípedes Alcântara. Alcântara começou na revista como chefe da sucursal de Belo Horizonte, foi correspondente em Nova York, passou a editor assistente, editor, editor executivo, redator-chefe e diretor adjunto. Está há aproximadamente 25 anos na Veja. E atualmente é o quinto Diretor de Redação da publicação.

5 ANÁLISE DA REPRESENTAÇÃO DE LULA NA VEJA

Para que seja possível analisar a forma como a revista *Veja* retratou o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva nestas últimas quatro eleições à Presidência da República, optamos por estabelecer uma divisão em períodos – partindo de 1989, primeira vez em que o candidato concorreu ao cargo, passando pelos anos de 1994 e 1998 para, finalmente chegarmos a 2002, o ano de sua vitória. As matérias veiculadas no ano de 2003 também serão estudadas, uma vez que servirão como parâmetro para verificarmos uma possível alteração na forma como *Veja* vem representando Lula em suas reportagens.

Mais do que somente avaliar a mudança no discurso de *Veja*, é preciso também estabelecer uma relação entre o período pelo qual o Brasil passava, os candidatos que concorriam à Presidência do país para, analisarmos o conteúdo disponível na publicação.

5.1 Brasil de 1989: o país clamava por mudanças

O Brasil de 1989 vivia um período de grande instabilidade econômica e, conseqüentemente, social. No plano sócio-econômico, o país apresentava uma inflação crescente, déficit público incontrolável, aumento do nível de desemprego e um arrocho salarial sem precedentes. Além disso, as manifestações de violência e de criminalidade tornavam-se constantes.

No aspecto político-institucional a crise atingira as instituições políticas, como por exemplo, o Congresso Nacional, os partidos políticos e os Poderes Judiciário e Executivo, ocorrendo uma desconfiança generalizada dessas instituições. A atuação

do Poder Judiciário era vista de forma bastante crítica e o governo Sarney era acusado de ineficiente por não responder às expectativas e às necessidades básicas da população.

O descrédito do governo era reforçado tanto pelas acusações de incapacidade da equipe governamental em resolver a inflação, quanto pelas constantes acusações de envolvimento dos representantes ou de membros de órgãos do Governo Federal em casos de corrupção e fraude.

A imagem negativa do Congresso Nacional, em especial dos deputados, foi construída de tal forma durante a Nova República que, em 1989, vigorava no senso comum o descrédito pelos políticos e uma visão depreciativa dos partidos.

A visão sobre os políticos era a de que ao invés de defenderem os interesses públicos, usavam a atividade política para defenderem seus próprios interesses. Conseqüentemente, havia rejeição aos políticos profissionais e àqueles identificados com a política de interesses pessoais e com a corrupção.

Neste cenário que em 1989 foi realizada a primeira eleição direta da história do Brasil depois de 30 anos.

5.1.1 Collor: o novo fator nas eleições de 1989

As eleições de 1989 representaram um marco na história política do país. Afinal, depois de quase 30 anos, o brasileiro reconquistava o direito de votar para presidente - o último presidente eleito diretamente pelo voto popular havia sido Jânio Quadros, em 1960. Desde então, o país tinha sido chefiado por cinco presidentes militares e, posteriormente, por um civil, escolhido pelo Colégio Eleitoral.

Vinte e dois candidatos concorreram ao cargo mais importante do país. No entanto, somente sete tiveram presença mais destacada durante a campanha eleito-

ral: Afif Domingos (PL), Fernando Collor de Mello (PRN), Paulo Maluf (PDS), Mário Covas (PSDB), Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Destes sete, Luiz Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola e Fernando Collor de Mello obtiveram, durante a maior parte da campanha, a maioria das intenções de voto.

Diversos temas permearam os discursos dos presidenciáveis e, excluindo suas diferenças ideológicas, dois aspectos estiveram presentes em todas as propostas: o combate à corrupção e à inflação.

Durante toda a campanha presidencial, estes dois grandes temas da política nacional foram associados diretamente com o governo Sarney. Por essa razão, todos os candidatos à Presidência da República se declararam, de alguma forma, opositores àquele governo, identificado como o responsável pela crise, pela inflação e pela corrupção. Sarney foi visto como o principal alvo a ser combatido - sua destruição – teoricamente - levaria à solução dos problemas do País.

Apesar da convergência ao identificar um sujeito comum como responsável pela má situação pela qual o Brasil passava, cada candidato imprimiu sua marca ao discurso.

Enquanto Collor construiu as relações de antagonismo em termos pessoais, Lula, por sua vez, construiu em termos classistas e buscou colocar ao seu lado os trabalhadores contra a classe dominante.

Collor desenvolveu sua imagem de forma peculiar. O candidato, habilmente, soube tirar proveito da saturação do eleitor e do péssimo momento político-eleitoral do país. Investiu fortemente em si mesmo, calcou sua campanha no perfil antipolítico, distanciando-se dos partidos e dos políticos, apresentando ideais incorruptíveis e, logo foi batizado de “o caçador de marajás”. Para confirmar suas qualidades, Col-

lor enfatizou seus atributos pessoais: firmeza de caráter, juventude, coragem e honestidade.

Já Luiz Inácio Lula da Silva, ao contrário de Collor, teve sua identidade sempre muito associada ao Partido dos Trabalhadores. A imagem do candidato foi construída através do destaque conferido à integridade do PT, baseada na honestidade de seus militantes. A principal característica de Lula era sua identificação com a luta dos oprimidos da América Latina. O candidato do PT prometia adotar uma política antiimperialista, prestando solidariedade irrestrita às lutas em defesa da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da luta dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo.

Segundo a matéria “Collor surge como fator novo em 1989”, divulgada no site Estadão,

... logo ficou claro que candidaturas lastreadas na tradição, como a de Ulysses Guimarães (PMDB) e Aureliano Chaves (PFL), já não levariam a lugar algum, exceto talvez a de Leonel Brizola (PDT), com bases bem plantadas no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Estruturas emergentes como as do PSDB (Mário Covas) e do PL (Guilherme Afif Domingos) não pareciam ter fôlego suficiente para chegar ao segundo turno. Micro-candidatos não contavam. (Site Estadão)

Dessa forma, devido às dificuldades pelas quais o país passava e pelo anseio do povo por novos candidatos no cenário político, Lula e Collor foram os dois candidatos que fizeram uma luta acirrada pela conquista dos votos dos eleitores brasileiros.

5.1.2 *Veja e a cobertura da eleição presidencial de 1989*

Conforme já foi explicitado anteriormente, as eleições de 1989 apresentaram vinte e dois candidatos para concorrerem à Presidência da República. No entanto, segundo pesquisas de opinião pública realizadas na época, somente

Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio da Silva (PT) realmente apresentaram condições concretas de chegar ao segundo turno.

Ao analisarmos as *Vejas* do ano de 1989, podemos perceber algumas diferenças na forma de tratamento atribuída aos candidatos Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio da Silva.

Nesta primeira candidatura de Lula, pôde-se perceber que grande parte das críticas atribuída ao candidato faziam referência ou à sua aparência ou ao seu baixo grau de escolaridade.

... o candidato do PT com sua barba de camponês, sua barriga de Pancho Villa e seus erros de concordância de quem não completou o curso ginásial tornou-se um dos concorrentes com chances de, ao menos em tese, instalar-se futuramente na residência oficial do chefe da nação (...) por mais que sua visão esquerdista possa assustar todos aqueles que terão de tratá-lo como Presidente da República. Um espanto. (Lula entra no jogo, 1989, p.45)

Mais adiante, na mesma matéria “Lula entra no jogo”, a revista emite a sua opinião, usando o espaço da matéria, sem citar fontes e buscando a cumplicidade do leitor como se o que estivesse dizendo era verdadeiro e definitivo, ao afirmar que, somente pelo fato de Luiz Inácio Lula da Silva ser pobre e, por isso, conhecer os problemas da sociedade, não significava que ele teria condições de resolver as mazelas do país.

... o mais antigo argumento que o PT dispõe para fazer propaganda de seu candidato – a idéia de que Lula, pelo simples fato de ter nascido no interior de Pernambuco, sobrevivido como metalúrgico e feito carreira como líder das greves do ABC, seria o personagem ideal para resolver os dramas freqüentes do cotidiano dos brasileiros humildes como ele foi. (Lula entra no jogo, 1989, p.46)

No mesmo ano, na *Veja* do dia 29/11/1989, também era publicada uma matéria sobre “A hipótese de Lula”, onde a revista tratava de diversos assuntos relacionados à possibilidade de Lula vir a tornar-se presidente do Brasil. Nesta edição, a revista também não perde a oportunidade de relembrar as origens do candidato do PT.

Não é apenas por suas proposições econômicas para o país, nem mesmo pelo tom incendiário que costuma acompanhar sua retórica eleitoral. A dificuldade encontra-se em outro lugar e reside no fato de que boa parte dos homens que freqüentam o chamado mundo dos negócios fica incomodada com a própria pessoa de Lula e muito mais com a idéia de um ex-torneiro mecânico sentar-se no Planalto. (A hipótese de Lula, 1989, p.57)

Mesmo após a derrota para o então candidato Fernando Collor de Mello, Veja continuou insistindo no fato de Lula ser um homem humilde e, por isso, sem estudos.

Fora do PT, também se duvidava das chances de um ex-metalúrgico chegar à Presidência da República na primeira eleição direta em 29 anos. Havia a questão do despreparo intelectual de Lula, em comparação aos bacharéis que normalmente disputam eleições nesse patamar. (A queda da estrela, 1989, p. 84)

Outra idéia bastante difundida por Veja em 1989 era o medo dos empresários e da classe média alta brasileira com o simples fato de Lula ser eleito presidente do Brasil.

A ênfase reflete um temor mais ou menos generalizado entre os empresários, particularmente do setor financeiro de que o candidato do PT, na hipótese remota de ganhar a eleição, venha a incomodá-los com o cerceamento de suas atividades (...) e a simples menção do nome de Lula provoca urticárias em pessoas que, em dias normais, só têm problemas dermatológicos quando ficam muito tempo na praia. (Lula entra no jogo, 1989, p.47)

Na mesma edição do dia 18/10/1989, a revista confirmava mais uma vez sua opinião na matéria “Lula entra no jogo”, afirmando que

Para uma pequena, mas influentíssima fatia do eleitorado, formada por empresários e por representantes da classe média alta, a mera hipótese de que Lula venha a instalar-se no Palácio do Planalto como presidente do Brasil teve o sabor de um copo de leite de magnésia. (Lula entra no jogo, 1989, p.47)

Em uma de suas matérias do dia 29/11/1989, a revista chegou a afirmar que um possível governo de Lula poderia ser ainda pior do que o do então presidente José Sarney. ”... com Lula na Presidência da República, o Brasil conseguirá a proeza de ter um governo ainda pior do que o de José Sarney”.(A hipótese de Lula, 1989, p.54) Como vimos anteriormente, a palavra de ordem na campanha presiden-

cial de 89 era a ruptura com o modelo de governar de Sarney, devido à grande insatisfação dos brasileiros com a crise pela qual o país passava. Dessa forma, *Veja*, ao afirmar que o candidato petista poderia ser pior do que Sarney sugeria, automaticamente, que a situação do Brasil pioraria caso Lula fosse eleito.

Em diversos momentos a revista faz alusão ao temor sentido pelos empresários brasileiros com a “hipótese Lula”, buscando indicar que o sentimento estava sendo compartilhado por todos os brasileiros. “Na prática, os temores que a ascensão de Lula provoca têm muitas origens, e, sob determinados pontos de vista, pode-se até concordar que são uma simples questão de bom senso”. (Lula entra no jogo, 1989, p.49)

Conforme o exemplo a seguir, com a aproximação das eleições, os textos de *Veja* insistiam que a possibilidade de Lula ser eleito presidente representava um perigo para país. Segundo a revista, esse “risco” se agravava pelo fato do candidato estar representando um partido – no caso, o PT – que abrigava diversos setores da sociedade, entre eles comunistas e líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem -Terra (MST). Essa associação do PT com setores da sociedade que, até então eram responsabilizados por badernas e por atitudes que feriam a ordem do país, também era constantemente lembrada em matérias publicadas pela revista.

A realidade, no entanto, é que nunca houve, na reta final de uma sucessão presidencial no país, um candidato como Luiz Inácio Lula da Silva. Nunca houve, também, a possibilidade concreta de um partido como o PT, em que, entre várias correntes, se abrigam sindicalistas com variados graus de agressividade, líderes grevistas e seitas esquerdistas que adoram fazer elogios ao sandinismo da Nicarágua, ao comunismo cubano de Fidel Castro e à luta de classes, passar a administrar a máquina do Governo Federal (...) Pode-se apostar, por fim, que até a semana passada a grande maioria da população brasileira nunca tinha sequer imaginado amanhecer, em 16 de março de 1990, com Luiz Inácio Lula da Silva sentado no gabinete do 3º andar do Palácio do Planalto e o PT com a responsabilidade de decidir como deve funcionar a oitava maior economia do Ocidente”. (A hipótese de Lula, 1989, p. 52 e 53)

Na mesma página, *Veja* voltava a questionar o que aconteceria ao país, caso o candidato petista fosse o vencedor da campanha presidencial de 89.

A verdade, no entanto, é que ninguém pode adivinhar, com antecedência, o que irá ocorrer no país a 17 de dezembro – e é por essa razão que, desde a semana passada, a candidatura de Lula se transformou no maior pólo de ansiedade política jamais vivido por todos os brasileiros que não partilham de suas receitas para consertar o país, ou, mesmo, têm puro e simples horror a elas”. (A hipótese de Lula, 1989, p. 52)

Em outro momento, *Veja* utilizou-se não somente do recurso de opinar nas entrelinhas, mas também de usar os depoimentos de pessoas importantes no meio econômico para confirmar sua posição. Daí o motivo de estarem na reportagem. É o caso da matéria do dia 18/10/1989, quando a revista afirmava de forma definitiva que “800.000 empresários fugiriam do país caso Lula fosse eleito presidente. Ele está tumultuando o país. Os empresários estão em pânico” (Mário Amato, Presidente da Fiesp). E ainda, “Não acredito que o Lula ganhe as eleições. Mas as idéias do PT são tão primárias que podem prejudicar a recuperação da economia mesmo que Lula não passe do primeiro turno” (Olacyr de Moraes, empresário).

Dessa forma, *Veja* mantém aparentemente um dos mais importantes princípios do jornalismo, que é o da imparcialidade diante do fato, mas, acaba colocando sua opinião através da voz dos entrevistados.

Outro meio também bastante usado pela revista é a comparação. Como é óbvio, destacando o que há de bom no candidato que parece preferir e evidenciando os defeitos do concorrente.

Collor pode ser eleito e fazer um governo ótimo ou desastroso, mas ninguém está nervoso com o seu programa – em qualquer uma dessas possibilidades trabalha-se com a certeza de que a sociedade brasileira, nos pontos fundamentais de seu funcionamento, ficará mais ou menos como era antes e de que sua passagem por Brasília, no final das contas, não terá sido muito diferente da de seus antecessores, os bem-sucedidos e os fracassados. A hipótese Lula, no entanto, guarda uma diferença. Como Collor ele também pode ser eleito e possui, ao menos em tese, as mesmas chances matemáticas de fazer um governo bom ou ruim. Não há dúvida, no entanto, de que será um governo completamente diferente de tudo aquilo que já se viu no país desde que o rei

dom Manuel I, de Portugal, dividiu a costa brasileira em capitânicas hereditárias". (A hipótese de Lula, 1989, p.53)

Já na edição do dia 24/12/1989, a revista expõe claramente sua preferência por Collor e questiona os argumentos utilizados por Lula para explicar os motivos de sua derrota.

Não é que preferisse Collor por considerá-lo mais apto para governar o país, admirar sua firmeza na oposição ao presidente José Sarney ou até mesmo por achá-lo mais bonito que Lula. Não. Segundo o candidato-andróide (Lula), milhões de brasileiros, no seu comportamento habitual, iriam votar em Collor por erro. (Collor chega à praia, 1989, p. 66)

A revista conclui a cobertura da eleição presidencial de 1989 afirmando que "... a vitória do candidato do PRN trouxe um clima de alívio ao mundo dos negócios, temeroso diante da hipótese Lula". (Collor chega à praia, 1989, p. 66)

5.2 Brasil em 1994: surgimento do Plano Real

O ano de 1994 foi mágico para o Brasil: enquanto o país conquistava o Penta Campeonato Mundial de Futebol, o Brasil consagrava-se como a nona economia mundial e tinha o primeiro parque industrial entre os países do Terceiro Mundo. No plano agrícola, era o maior produtor mundial de laranja, café, cana-de-açúcar e mandioca, o segundo maior produtor de cacau e soja e o terceiro maior produtor de milho e fumo. Apesar desse cenário favorável, o país naufragava nos juros de uma dívida externa que beirava os 121 bilhões de dólares e voltava a temer a escalada da inflação.

Para reverter esta situação, o então Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, anunciou o arcabouço de um plano de estabilização econômica cuja base deveria assentar-se na estabilização monetária. Feito para ser executado em três estágios, o plano previa inicialmente a implantação de

um indexador (a Unidade Real de Valor), logo após, uma moeda de transição (o Cruzeiro Real) e, por fim, a moeda definitiva (o Real). Apesar dos abusos de preços promovidos pela indústria e pelo comércio na véspera do terceiro estágio, a inflação caiu para 6,9% em julho de 1993 e para 1,95% em agosto, baixando a 0,95% no final de setembro. O Plano Real mostrou-se eficiente na estabilização da moeda e no controle da inflação.

Devido ao sucesso do Plano Real, o governo Itamar Franco ganhou fôlego. A estabilidade econômica prolongou-se, garantindo a vitória de seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, ainda no primeiro turno das eleições presidenciais de 1994.

5.2.1 Eleição de 1994: Vitória do Real

As eleições de 1994 ocorreram em meio à euforia do Real. Visto como um dos “pais” do Plano, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) saiu fortalecido para a disputa das eleições presidenciais de 1994. Já o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, lançou-se em campanha à frente de todos os demais, tendo preparado-se, inclusive, para disputar novamente a presidência praticamente desde o final das eleições de 1989. Alguns meses depois dessas eleições, Lula passou a viajar bastante pelo Brasil em sua “Caravana da Cidadania”. O PT foi também o que primeiro a definir um programa de Governo para as eleições de 1994. Suas propostas refletiam um intenso debate interno entre as diversas correntes do partido. As idéias de que era preciso acabar com o medo que cercava a figura de Lula e do PT, buscar confiança e mostrar um partido mais amadurecido politicamente serviram de premissas para que fosse elaborado o programa do candidato petista.

Tanto o programa do PSDB quanto o do PT deram prioridade para os seguintes aspectos: educação, saúde, meio-ambiente, desenvolvimento, igualdade, democracia, tecnologia, ciência e cultura. Enquanto na proposta de FHC era apresentado que “o grande desafio histórico que temos de enfrentar é (...) redefinir um projeto de desenvolvimento...” (O duelo no papel, 1994, p. 42), no programa de Lula era destacado que, “com o Governo Democrático e Popular, as maiorias nacionais serão chamadas a um engajamento ativo na definição das questões econômicas”. (O duelo no papel, 1994, p. 42)

Orestes Quércia (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Esperidião Amin (PRN), Flávio Rocha (PL), Walter Queiroz (PRN), Almirante Fortuna (PSC) e Enéas Carneiro (Prona) também concorreram à Presidência do Brasil em 1994. No entanto, nunca conseguiram número expressivo de votos nas pesquisas de opinião que refletissem a possibilidade de que ganhariam a eleição.

Navegando em mares tranquilos conduzidos pelo Plano Real, Fernando Henrique Cardoso, que surgia como o pai da nova moeda, venceu Lula ainda no primeiro turno, mesmo com o petista tendo começado a campanha com grande percentual nas pesquisas de intenção de voto. Apesar da flexibilização e da sinalização de um amadurecimento na forma de fazer política, Lula e o PT perderam as eleições para FH e o Real, que trazia anúncio de maior conforto econômico para a população. (FREITAS, 2002, p. 66)

5.2.2 *Veja* e a eleição presidencial de 1994

Como já foi citado anteriormente, a campanha presidencial de 1994 foi decidida em primeiro turno. Dentre os nove candidatos concorrentes, dois sempre estiveram disputando o primeiro lugar nas pesquisas: Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme os exemplos mostrados a seguir, mais uma vez a revista *Veja* fez uma cobertura tendenciosa, lembrando pontos negativos do candidato petista na

eleição de 1989 e, conseqüentemente, beneficiando o candidato que era apoiado pelos setores conservadores do país. No entanto, houve pequenas mudanças em relação à campanha de 1989, quando a publicação insistia em diminuir o candidato petista pelo fato deste ter vindo de origens humildes e, por isso, não “ter estudo”. Em 1994, *Veja* usou mais o artifício de fazer comparações entre Lula-89 e Lula-94. “Salvo pela insubmissão vocabular (“cidadões”, “as leis não são cumprida”), Lula-89, nunca mais”. (Luiz Inácio Sinatra Lula da Silva, 1994, p.21) Ou ainda: “Na alma de Lula-94 há certo rancor pelo que fizeram com Lula-89. Inicialmente contra os adversários que o transformaram em “comedor de criancinhas”. (Luiz Inácio Sinatra Lula da Silva, 1994, p.24)

Na mesma edição do dia 02/03/94, a revista voltou a promover comparações entre Lula-89 e Lula-94. “Lula foi o segundo colocado na eleição de 1989 quando realizou uma campanha faminta”. (Luiz Inácio Sinatra Lula da Silva, 1994, p.38)

Lula quebrou a escrita de todas as campanhas presidenciais, inclusive da sua em 1989. Dividiu-se entre os grandes plantadores e os pobres assentados por programas governamentais e invasões, confundindo-se deliberadamente com os sem-terra. Lula-94 é capaz de fazer coisas que Lula-72 não fazia, mas a naturalidade com que se meteu nos caminhos de barro dos assentamentos indica que esse Lula recente é capaz de qualquer coisa que o de 1972 tenha feito. (Luiz Inácio Sinatra Lula da Silva, 1994, p.26)

Em 1994, a revista investiu na idéia de que Lula não era um candidato que trazia a perspectiva de um futuro tranqüilo para o país.

Lula não é um candidato que tranqüiliza. Com um braço na CUT e outro nos sem-terra, o PT é um partido associado à idéia de desordem. Em caso de vitória de Lula, existe a possibilidade de elevação da temperatura social do país, com greves e invasões de terras numa escala como nunca se viu. Também não se sabe como Lula terá força política para governar, pois, mesmo que dobre sua bancada no Congresso, seu partido estará em minoria e a legenda caminha na contracorrente das idéias dominantes no país e mesmo no mundo (...). (O PT brilha e também mete medo, 1994, p.38)

No entanto, apesar de permanecerem as críticas ao candidato petista, talvez o grande “alvo” de *Veja* nas eleições presidenciais de 1994 tenha sido o Partido dos

Trabalhadores. Na edição do dia 15/06/94, a revista denominava o partido de uma “organização quase militar”. Depois, afirmava que

... confundir o PT de 1994 com a legenda frango-com-polenta é tão errado como esquecer que hoje Lula anda de paletó e gravata e não mais com seu macacão de torneiro mecânico de Villares. (O PT brilha e também mete medo, 1994, p.40)

A seguir, defendia FHC, afirmando que os membros do PT gostavam de lembrar que Fernando Henrique Cardoso pediu que esquecessem tudo que ele havia escrito antes de se tornar presidente, no entanto os petistas deveriam olhar para o passado e analisar as mudanças que promoveram em suas propostas nos últimos anos.

Os petistas gostam tanto de lembrar que FHC assumiu o ministério pedindo que esquecessem tudo que escreveu. Falta reconhecer que o PT anda com lapsos na memória. Por exemplo: o partido abandonou sua proposta histórica de aplicar moratória aos credores externos (...) Também causa estranheza um dado político crucial. Quanto mais clara se torna a vantagem de Lula no Ibope, mais nebulosas ficam suas possíveis linhas de ação no governo. (O PT brilha e também mete medo, 1994, p.38 e 39)

Em outros momentos a revista não perde a oportunidade de afirmar que o PT é um partido confuso – “ocorre que o PT é um partido confuso-reformista” (O PT brilha e também mete medo, 1994, p.45) - que une diversos setores da sociedade e que estes não entram em acordo entre si, impossibilitando a criação de uma proposta de Governo coerente.

O PT que carrega Lula em sua campanha é um partido confuso, que não sabe direito o que quer. Que tem radicais, moderados, comunistas e católicos, estudantes que se tornaram prefeitos, sindicalistas que conquistaram um mandato parlamentar, trabalhadores horrorizados diante da possibilidade de voltar à produção um dia. (O PT brilha e também mete medo, 1994, p.41)

Ao consultarmos os arquivos de notícias da época, encontramos diversas matérias afirmando que o programa de campanha do PT para as eleições de 1994 foi confuso. No entanto este fato é destacado na matéria “O duelo no papel”, do dia 05/10/94. Na reportagem são citados os principais tópicos que perpassaram pelos

programas dos candidatos FHC e Lula. Entretanto, somente informações contidas no projeto petista são questionadas.

O programa do PT cita pouquíssimas vezes a palavra “socialismo”, mas é evidente que o perpassa uma crítica ao capitalismo. O projeto, a certa altura é descrito como “antilatifundiário, antimonopolista, antiimperialista e democrático-radical”. Não chega a se intitular anticapitalista. (...) O próprio nome que o PT dá a seu governo, “Governo Democrático e Popular”, alguns considerariam na melhor das hipóteses de mau gosto, dada sua aparência com o rótulo de “democracias populares” que se outorgavam os malfadados regimes do Leste Europeu. (O duelo no papel, 1994, p. 43)

No trecho citado acima, voltamos a notar a associação do PT com os regimes socialistas do Leste Europeus. Diga-se de passagem, vários países que adotaram o regime socialista, perceberam a inviabilidade do sistema.

A revista compara também o ponto principal do programa de Governo dos dois candidatos: “Se a “democracia radical” é o ponto fulcral do programa de Lula, que condicionará e determinará todos os outros, o ponto fulcral do programa de Fernando Henrique é a definição de um novo projeto de desenvolvimento”. (O duelo no papel, 1994, p. 43)

E ainda completa que, “apesar da formação comum de esquerda, um intelectual tucano, diante do projeto petista de radicalização da democracia, só teria duas reações possíveis: o bocejo ou o horror”. (O duelo no papel, 1994, p. 44)

Mesmo após o resultado das eleições presidenciais de 1994 já ter sido divulgado, na *Veja* do dia 12/10/94, saía uma matéria descrevendo que as atitudes de Lula semanas antes da eleição já prenunciavam que o candidato sabia que havia sido derrotado.

As vitórias produzem cenas que todos gostam de lembrar. As derrotas produzem momentos de feiúra que seria melhor esquecer. Na contagem regressiva para o 3 de outubro, o espectro da derrota foi tomando conta da campanha de forma persistente e sistemática. Nos últimos comícios, Lula costumava ser visto, nos palanques, com uma latinha de refrigerante na mão. Dentro, uma mistura de conhaque e vinho. Ou então conhaque e uísque. (Lula tropeçou na moeda, 1994, p. 64)

Na mesma matéria do dia 12/10/94, a revista ainda tentava justificar o possível motivo da derrota do candidato petista: “O problema é que Lula demonstrou a arrogância dos que se consideram invencíveis”. (Lula tropeçou na moeda, 1994, p. 65)

E, para concluir, descreveu a atitude de Lula como semelhante a de um vendedor fracassado “que, sem bons argumentos para convencer a freguesia da qualidade de suas mercadorias, resolve dizer que o cliente é que tem mau gosto”. (Lula tropeçou na moeda, 1994, p. 65)

5.3 1998: A crise volta a ameaçar o país

Quatro anos após a conquista do tetracampeonato mundial de futebol, a Seleção Brasileira disputava novamente a final da Copa e perdia, em Paris, para a França. Enquanto isso, a crise nas bolsas asiáticas dragava as economias do Brasil e o governo era obrigado a recorrer mais uma vez ao FMI para não comprometer seu projeto (e as eleições de outubro).

O ano de 1998 foi agitado para o cenário nacional. A crise na Rússia atingia o Brasil e registrava-se fuga maciça de capital: US\$ 15 bilhões em um só dia. Para se ter uma idéia da dimensão da crise que ameaçava o Brasil, somente no dia 10 de setembro, a Bovespa caía 15,82%. O governo reagia com cortes nos gastos na área social. Os juros explodiam e chegavam à taxa de 42,12%. O Governo FHC era marcado pelas privatizações das estatais. Cerca de 36 empresas foram vendidas e aproximadamente US\$21 bilhões arrecadados.

Em dezembro, após Fernando Henrique Cardoso já ter sido reeleito, o FMI aprovava um novo empréstimo para que o Brasil não fosse para o fundo do poço junto com a Rússia. A ajuda chegou a US\$ 41 bilhões.

Já na área cultural, o filme de Walter Salles com Fernanda Montenegro “Central do Brasil” ganhava prêmios em Berlim e comovia platéias no mundo inteiro.

5.3.1 *FHC: primeiro presidente reeleito do país*

As eleições para presidência do Brasil de 1998 representaram um marco na história do país. Pela primeira vez a Constituição permitia que um presidente fosse reeleito, o que provocou efeitos diretos no desempenho do governo federal, criou incertezas no processo sucessório, dificultando a formação e o cumprimento das alianças eleitorais e alterou o comportamento dos eleitores.

Quatro candidatos concorreram ao pleito de 1998: Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS) e Enéas Ferreira Carneiro (Prona).

O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva encontrava-se num grave dilema: ou saía candidato pela terceira vez - enfrentando o trunfo presidencial da inflação baixa, da resistência da moeda e a popularidade do presidente Fernando Henrique Cardoso, correndo o risco de sofrer sua terceira derrota consecutiva - ou abria mão de sua candidatura à presidência da República e decepçionava os milhões de correligionários de seu partido, o PT. Lula havia passado quase todo o ano anterior dando a entender que não seria candidato. Tinha aberto caminho, dessa forma, a outros pretendentes potenciais que talvez gostassem de vê-lo na retaguarda do processo, como uma reserva moral do partido. Com a frase “Estou convencido de que é mais fácil derrotar FHC agora que em 94”, Lula iniciou sua terceira jornada rumo à presidência do Brasil.

Numa composição com Leonel Brizola (PDT) como vice, as eleições de 1998 já começaram com o Partido dos Trabalhadores enfrentando dificuldades. Os problemas do PT só se agravaram. Aconteciam desde dissonâncias entre os discursos de Lula e de seu vice Brizola no que se referia ao programa de governo, até problemas financeiros e de falta de organização da agenda política do candidato.

Enquanto isso, o presidente Fernando Henrique Cardoso, candidato à reeleição, preparava-se para comemorar o quarto aniversário do real e colhia os louros de uma inflação que beirava o zero ponto percentual. Embora as estimativas de crescimento do PIB naquele ano - no máximo 1,5% - não justificassem qualquer otimismo, a população se acostumara a identificar no presidente uma figura preparada para o cargo.

Fernando Henrique Cardoso promoveu uma campanha tranqüila e acabou vencendo o candidato petista ainda no primeiro turno com 53% dos votos válidos. Segundo o Coordenador Científico do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, José Augusto Guilhon Albuquerque,

A derrota de Lula deveu-se não tanto a que Fernando Henrique seja o candidato que o eleitor considera ideal, ou porque empreendeu as reformas necessárias para evitar a crise, ou mesmo porque adotou as medidas corretas para enfrentá-la no momento adequado, nem ainda porque foi o realizador do Plano Real, que trouxe benefícios para o Brasil. Deveu-se, sobretudo ao fato de que o eleitor não acreditou que Lula pudesse fazer melhor. Lula perdeu, não tanto porque suas propostas não fossem melhores, mas sim porque o eleitor que as considera melhores aceita o atual Presidente, e aquele que as considera piores manifesta uma forte rejeição pelo candidato petista. (ALBUQUERQUE, 1999, Site USP)

5.3.2 Veja e a eleição presidencial de 1998

A eleição presidencial de 1998 foi relativamente calma. Recém aprovado o direito à reeleição, o Brasil encontrava-se num momento de tranqüilidade em relação ao então presidente FHC.

Por Fernando Henrique Cardoso já ter lançado sua candidatura com uma certa vantagem em relação aos demais candidatos, grande parte dos meios de comunicação – inclusive a *Veja* - empenhou-se simplesmente em mostrar as diferenças entre as propostas de governo de FHC e as dos outros concorrentes.

Como o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, foi o único que chegou a representar uma ameaça à tranqüilidade de FHC, acabou ganhando maior destaque por parte da mídia.

Assim como em 1994, grande parte dos comentários feitos por *Veja* a respeito da candidatura de Lula se referiu às suas propostas de governo. No entanto, algumas idéias como “...em 1989, quando Lula era ‘sapo barbudo’...” (*Cabeça a cabeça*, 1998, p. 44), ou ainda, “Lula, antes tratado com muita ironia no palácio, transformou-se num fantasma de respeito”. (*Cabeça a cabeça*, 1998, p. 47) ainda eram expostas na revista, demonstrando sua pouca simpatia pelo candidato petista. Na mesma edição do dia 10/06/98, na matéria intitulada “Cabeça a cabeça”, saía: “No horizonte do PT, há um desafio. Lula, que se vinha mantendo numa postura discreta a respeito de um eventual governo petista, terá agora de apresentar seus planos de administração. Terá de se expor, coisa que não o beneficia”. (*Cabeça a cabeça*, 1998, p. 44)

Como Lula estava empatado tecnicamente com FHC, conforme pesquisa realizada pelo Instituto Vox Populi, em 04 de junho de 1998, FHC tinha 31% das intenções de voto enquanto Lula tinha 30%, em várias oportunidades eram destacados os pontos negativos do candidato petista. Como nos anos anteriores, a revista colocou em dúvida se realmente existia a hipótese de Lula ganhar as eleições. “Para os

brasileiros que acompanham essas oscilações com interesse, a questão principal passou a ser esta: Lula tem chances reais de ganhar? O Palácio do Planalto acha que não, mas tem medo. O PT acha que sim, mas tem medo”. (Cabeça a cabeça, 1998, p. 42 e 43)

No trecho acima pode ser percebido não somente um questionamento sobre as possibilidades de Lula ser eleito presidente, como também uma insinuação de que até o partido tinha medo de ganhar a eleição, o que acarretava um aumento da desconfiança por parte dos eleitores.

Em um outro momento, *Veja* volta a disseminar suas teorias sobre a (in)capacidade de Lula e do PT para assumir o posto mais alto do país.

A razão da cobrança é óbvia até para os micos-leões-dourados. O brasileiro, especialmente se é empresário, não quer saber em detalhes o que Fernando Henrique fará no governo, se ganhar a eleição, porque conhece a cartilha nos seus aspectos genéricos. FHC prometeu não aparecer com surpresas na área de pacotes econômicos, por exemplo. Durante quatro anos, ninguém acordou com uma novidade desse tipo estampada nas manchetes dos jornais. Quanto ao Lula e ao PT, não é assim. As pessoas querem saber que tipo exato de mudanças eles têm na cabeça porque há o temor de alterações bruscas. O PT não quer falar muito sobre questões econômicas neste momento de namoro com a opinião pública, mas alguns fragmentos do que o partido entende ser a condução adequada para a economia escapam aqui e ali. (Cabeça a cabeça, 1998, p. 45)

A revista insistia no fato de que o PT estava perdido em suas idéias e que mal sabia qual rumo tomar. Após as eleições, a matéria “E agora, companheiro?”, comparava o Partido dos Trabalhadores – então completando 18 anos – com a adolescência, fase em que os jovens também ficam em dúvida no momento de realizar suas escolhas.

Dezoito anos depois, o PT atinge a maioria como tantos egressos da adolescência que não sabem que caminho tomar e cujo futuro apresenta-se nebuloso e ameaçador. A terceira derrota de Luiz Inácio Lula da Silva em eleições presidenciais colocou o ponto final num projeto que, desde 1989, esteve implícito nas formulações dos líderes petistas: o de que, com Lula na Presidência da República, seria possível sedimentar o terreno para a implantação de um regime socialista no país. (E agora companheiro?, 1998, p. 34)

Na mesma matéria ainda é destacada a necessidade do PT se reformular para, a partir de então, realmente passar a se tornar uma opção viável de poder. “É mudar para sobreviver – e sobreviver, no caso do PT, significa tornar-se de verdade uma alternativa de poder”. (E agora companheiro?, 1998, p. 34)

O fato de o partido insistir que é possível implantar no Brasil os ideais dos regimes socialistas, são identificados pela revista como a causa do fracasso do PT, já que tornam seu discurso vago.

Tal é o fato que o PT reluta em aceitar, acreditando ser possível implantar um Estado absoluto e paternalista, sem que isso implique a estagnação e o cerceamento das liberdades e dos direitos humanos. Exatamente por isso, o discurso do partido parece tão esquizofrênico, vago e fantasioso. (E agora companheiro?, 1998, p. 35)

E, concluindo que a solução encontrada para o PT seria uma “refundação” do partido, com novas idéias e perspectivas, o que poderia diminuir a importância de Lula dentro do PT, a revista finaliza sua última matéria sobre as eleições presidenciais de 1998 afirmando que “a ironia é que a ”refundação” do partido tende a diminuir a importância do próprio Lula, o que de resto a realidade – ela outra vez – vem se encarregando de fazer”. (E agora companheiro?, 1998, p. 36)

5.4 Brasil em 2002: a esperança venceu o medo

Em 2002, depois de sete anos sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil deparava-se com a possibilidade do retorno da recessão. A política cambial adotada pelo então presidente fazia o dólar disparar e chegar à casa dos R\$4,00 forçando o governo a fazer um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse pedido de socorro afetava diretamente toda a sociedade brasilei-

ra, já que acarretava cortes nos gastos públicos, aumento das taxas de juros e, conseqüentemente, redução da atividade econômica do país.

Esse cenário de recessão abria a possibilidade para o surgimento de um candidato que representasse o oposto de tudo que o Brasil já havia visto até então. A indignação e a insatisfação com o Governo FHC por parte da sociedade cresciam e, simultaneamente, aumentava o anseio das pessoas por um governo diferente.

O candidato eleito teria pela frente vários desafios, como promover as exportações e voltar a produção para o setor externo, gerando empregos, renda e consumo interno; aumentar o número de leitos nos hospitais públicos e aperfeiçoar o atendimento do SUS (Sistema Único de Saúde); adotar uma política de preservação e democratização da universidade pública, além de negociar a reforma tributária com os diversos setores da produção e do comércio, reduzindo o número de tributos e o efeito cascata.

Mesmo diante deste cenário de dificuldades pelo qual o Brasil passava a eleição presidencial de 2002 foi bastante acirrada e marcou a chegada do PT ao poder depois de ter sofrido três derrotas eleitorais.

5.4.1 Eleição de 2002: a hora é agora

A eleição presidencial de 2002 apresentou seis candidatos: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PPS), José Serra (PSDB), Anthony Garotinho (PSB), José Maria (PSTU) e Rui Costa Pimenta (PCO). Lula manteve-se em primeiro lugar durante todo o pleito, seguido de José Serra. Garotinho e Ciro Gomes travaram uma disputa acirrada para tentar ultrapassar Serra e conquistar o segundo lugar nas pesquisas de opinião. Como a liderança sempre esteve nas mãos do candidato

petista, a estratégia era alcançar o segundo lugar e um número expressivo de votos para, a partir de então, entrar para a disputa no segundo turno. No entanto, em nenhum momento representaram perigo à eleição de Lula.

O PT de 2002 apresentou um Lula diferente. Após 23 anos de militância, o Partido dos Trabalhadores foi, aos poucos, transformando seu discurso e, principalmente, sua maneira de encarar a política. De 1989 até 2002 muita coisa mudou.

Por conta dessa modificação pela qual o partido passou, na campanha realizada por Lula em 2002 foi permitido que o candidato defendesse idéias até então consideradas inadequadas para um partido de esquerda, como a defesa do modelo capitalista.

Além disso, o momento político-social pelo qual o Brasil passava, contribuía para que mensagens de oposição fossem vistas como a solução para os problemas do país.

Era notória a idéia de que, se quisesse vencer, teria de ceder e defender algumas posturas diferentes das assumidas anteriormente. Depois de definida a candidatura de Lula, faltava apresentar o nome que comporia a chapa junto com o candidato petista. Assim, a prova de fogo aconteceu no dia 29 de junho quando Lula apresentou José de Alencar, mineiro natural de Ubá e dono da Coteminas, um conglomerado de 11 fábricas de tecidos e faturamento de cerca de R\$1 bilhão por ano. (FREITAS, 2003, p. 85)

Essa aliança foi de fundamental importância para a candidatura de Lula, uma vez que foi possível mostrar ao empresariado brasileiro – o maior foco de resistência ao candidato petista – de que Lula realmente havia mudado.

Já José Serra tentava ao máximo se desvincular de FHC. A péssima situação pela qual o Brasil passava, fazia com que o candidato da situação lutasse para que a população não interligasse a sua vitória a uma possível continuação da crise que assolava o país.

Serra tentava ressaltar o que o governo anterior havia feito de bom ao país para explicar como seria seu governo: "O que o Plano Real fez pela economia, nosso Plano Social vai fazer pelas pessoas", afirmou José Serra.

Em seu plano de Governo, Serra questionava: "O que desejam realmente os brasileiros? O que mais querem as famílias? Querem basicamente três coisas: oportunidades de trabalho, segurança e serviços sociais de boa qualidade". (Site Estadão) Essas foram as premissas de sua campanha.

No entanto, apesar de todo o empenho do candidato José Serra, a mudança no discurso e na forma de apresentação do próprio candidato petista, aliado ao momento socioeconômico do Brasil depois de oito anos de Plano Real foram fundamentais para a chegada de Lula ao poder e permitiram que o PT completasse um ciclo, que havia sido iniciado na campanha de 1989.

5.4.2 *Veja* e a eleição presidencial de 2002

Como foi explicado no item anterior, tanto o candidato Lula, quanto seu partido, o PT, foram modificando-se conforme se passavam os anos e as derrotas nas eleições presidenciais.

A parte mais progressista e moderada do PT descobriu recentemente que jamais chegaria a lugar algum com aquela pregação ultrapassada de um modelo socialista para o Brasil, num momento em que os regimes comunistas foram varridos do mundo inteiro a partir do fim dos anos 80, só deixando vestígios em duas ditaduras, a de Cuba e a da Coreia do Norte. Até o último momento o PT continuou fazendo oposição irresponsável ao governo Fernando Henrique Cardoso, mas às vésperas da eleição presidencial finalmente resolveu dizer que estava jogando a toalha. (Um por todos e todos por um, 2002, Site Veja)

No entanto, apesar destas mudanças serem claramente perceptíveis, a revista *Veja* continuou questionando sobre a viabilidade de uma "eventual administração barbuda".

São inúmeros os exemplos em que o candidato e seu partido dão sinais de que estão se flexibilizando, amadurecendo, entendendo o mundo a sua volta. Há um enigma no ar, entretanto. (...) sua presença no segundo turno está praticamente assegurada, salvo desastres de última hora. A essa altura, os eleitores que não votam em Lula e os indecisos, ainda a maioria, estão se perguntando se o PT está preparado para governar o Brasil. (Cristão Novos do Capitalismo, 2002, Site Veja)

Na mesma edição do dia 25/09/02, também era publicado:

O que boa parte da opinião pública deseja saber é como o PT, que durante vinte anos se preparou para a construção do socialismo, vai se sair agora diante do desafio de governar de acordo com os padrões capitalistas que se compromete a seguir. É uma questão mais complexa do que parece. Exige aprendizagem, alteração de paradigmas mentais e a recusa de toda a agenda ideológica que o PT seguiu desde sua criação, há pouco mais de vinte anos. A pergunta é se o partido está mesmo disposto a enterrar sua cartilha histórica para administrar um país como o Brasil — o que é bem diferente do que se sair bem em administrações municipais e até estaduais. (Cristão Novos do Capitalismo, 2002, Site Veja)

Em outros momentos da matéria “Cristãos Novos do Capitalismo”, era levantada a hipótese de que as mudanças ideológicas que o PT tanto anunciara, tratavam-se somente de modificações para atrair eleitores.

Ex-operário, ex-líder sindical, a principal figura de um partido fundado com orientação socialista, Lula não hesitou em rever, ponto por ponto, vários itens essenciais de sua cartilha ideológica (...) Há um clima de “agora ou nunca” no PT e na enorme ala de simpatizantes. A idéia é não atrapalhar Lula em sua manobra delicada para convencer o eleitorado de que ele pode fazer um governo viável. (Cristão Novos do Capitalismo, 2002, Site Veja)

Ainda na edição do dia 25/09/02, *Veja* voltava a colocar em questão se realmente o PT estava promovendo uma modificação em sua estrutura ou se tratava-se de uma jogada de marketing eleitoral.

Ao lado do Movimento dos Sem-Terra (MST), a ala radical do PT está em silêncio há vários meses, ao que tudo indica para não prejudicar a imagem de Lula perante o eleitorado. As passeatas barulhentas e as espetaculosas invasões de terra estão em estado de hibernação. Se o petista ganhar a Presidência, esse bloco vai se mover novamente em busca de uma fatia de poder no novo arranjo governamental.(...) Numa reunião recente com representantes do MST, Lula pediu que entendessem a atual moderação de seu discurso como necessidade de campanha. O negócio, avisou, é ganhar a eleição. (Cristão Novos do Capitalismo, 2002, Site Veja)

E completava questionando: “Três meses de campanha moderada anulam duas décadas de história?” (Cristão Novos do Capitalismo, 2002, Site Veja). O intuito parecia ser o de colocar em dúvida as reais intenções de Lula e do PT.

Como em outras eleições, *Veja* utilizou-se também do discurso dos economistas brasileiros Paulo Guedes e Raul Velloso para reforçar suas idéias: "Não acredito em um bom governo do PT. Não acho que o partido esteja preparado para lidar com as questões fundamentais da economia, num cenário tão difícil quanto o atual..." (As chances de Lula fazer um bom Governo, 2002, Site Veja) ou ainda "Não estou muito otimista quanto a um bom governo, se o PT ganhar..." (As chances de Lula fazer um bom Governo, 2002, Site Veja). Dessa forma, através da opinião de uma pequena parte da população, *Veja* tentava transmitir sua opinião e, ao mesmo tempo, buscava passar a impressão de que toda a população compartilhava de sua posição.

Já na edição do dia 23/10/02, a publicação destacava as principais correntes ideológicas que formam o PT. Em diversas oportunidades é destacado o fato de que suas idéias são extremistas, anacrônicas e impraticáveis.

Defendem a "expropriação do patrimônio da grande burguesia", a reestatização de empresas privatizadas, o amordaçamento da imprensa (sob o eufemismo de "controle social dos meios de comunicação"), a abolição final do mercado. Em outras palavras, querem que sejam impostas ao país medidas anacrônicas e tão factíveis quanto convencer o ditador cubano Fidel Castro a cortar sua barba. (Vai ser preciso segurar, 2002, Site Veja)

Esta constante referência ao passado de Lula e do PT também foi um artifício utilizado pela revista para lembrar aos leitores como Lula pensava e, principalmente, quais já tinham sido suas propostas.

Ligado historicamente às esquerdas, Lula elegeu-se com uma agenda política moderada e com a aceitação das regras civilizadas de gerência das contas públicas. Estudou até a 5ª série. Projetou-se como líder sindical e político radical.(...) Lula e o PT, por seu lado, prometeram arquivar seu tradicional fascínio pelo projeto anticapitalista que acompanhou a história do partido desde sua fundação, duas décadas atrás. (Lula muda a história, 2002, Site Veja)

No trecho abaixo temos uma alusão às raízes de Lula e a reprodução do conceito de imobilidade social existente no Brasil.

Meninos pobres como Lula não nascem no Brasil para ser presidentes da República. Antes dele, os mandatários da nação, mesmo os que se apresentavam como políticos de esquerda, foram todos escolhidos entre marechais, generais, fazendeiros, advogados, empresário e um sociólogo. (Lula muda a história, 2002, Site Veja)

Após o resultado das eleições que consagraram Lula presidente do Brasil, *Veja*, ao mesmo tempo em que reconhecia o esforço de Lula para chegar ao posto mais alto do país, colocava em dúvida como seria sua postura a partir de então.

Lula especializou-se na arte de fazer do limão uma limonada. Com base em adversidades, amadureceu a si e ao partido que criou e construiu uma biografia desde já extraordinária. Agora, sai triunfante de sua quarta tentativa de eleger-se presidente da República. A pergunta que se faz é se saberá se comportar na vitória com o mesmo bom senso com que se portou diante das derrotas. (Vinte anos na oposição, 2002, Site Veja)

Um mês antes da posse de Lula, na edição do dia 04/12/02, saía na matéria “Só ele mesmo” o reconhecimento de que Lula e o PT realmente haviam mudado e que o novo presidente do Brasil demonstrava capacidade e tranqüilidade para exercer o cargo para qual havia sido eleito.

Os adversários do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva elaboraram uma máxima durante a campanha: a aparência suave e o tom conciliador das propostas do candidato petista não passavam de um lance de marketing. O verdadeiro Lula, radical e sectário, só iria aparecer depois das eleições. Pelo que se viu até agora, esse Lula foi de fato colocado para hibernar sem data para retorno. Lula, ainda durante a transição, tem enfrentado questões delicadas, como as pressões para o aumento do salário mínimo, a necessidade do futuro governo de puxar para cima as alíquotas do imposto de renda e a necessidade também de honrar os contratos com o FMI, com a mesma serenidade com que o faria o atual ministro Pedro Malan, da Fazenda. (Só mesmo ele, 2002, Site Veja)

5.5 Brasil em 2003: os desafios encontrados pelo governo petista

O dia 1º de janeiro de 2003 vai ficar marcado para sempre na memória do povo brasileiro. Uma multidão recorde de 150 mil pessoas tomou conta da Esplana-

da dos Ministérios logo no início da manhã do primeiro dia de 2003 e transformou as avenidas do centro do poder num mar vermelho de camisas e bandeiras. Entre as pessoas que compareceram à posse de Lula, estavam milhares de militantes anônimos da esquerda, misturados a muitos jovens, trabalhadores e pessoas humildes. O povo aderiu imediatamente ao estilo inaugurado por Lula, o de quebrar protocolos. No auge do entusiasmo, alguns manifestantes mais afoitos furaram o cerco da segurança, entraram no espelho d'água em frente ao Congresso e jogaram água nos policiais.

Entre demonstrações explícitas de emoção, muitos custavam a acreditar que um ex-operário, representando um sonho que tantos perseguiram por tanto tempo, se transformava naquele momento no 30º presidente da história brasileira.

No discurso de posse de Lula, a palavra que predominou foi: mudança. Durante seu pronunciamento disse: “Mudança. Esta é a palavra-chave. Esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro”. Mais adiante reiterou: “Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu presidente da República. Para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar”.

Logo nos primeiros meses de Governo, Lula provou que o discurso e a postura adotados pelo candidato e pelo PT durante a campanha não se tratavam somente de uma estratégia de marketing. Com isso, acabou batendo de frente com outras alas do PT e provocou rachas dentro do partido.

Dentre os motivos que causaram discórdia entre os petistas estavam as reformas da Previdência e Tributária. O governo foi mais forte na previdenciária, aprovando proposta semelhante à enviada ao Congresso, que atingia vários pontos da aposentadoria dos servidores públicos, elevando a idade mínima, criando a contribuição

de inativos e pensionistas, estabelecendo redutor de benefícios para aposentadorias precoces e definindo teto e subteto salarial no funcionalismo. Nos cálculos do governo, a reforma vai gerar uma economia de R\$ 47 bilhões para a União e R\$ 13 bilhões para os estados nos próximos 20 anos.

Já na questão tributária a situação foi mais complicada. O governo teve que ceder às pressões da oposição e de empresários e implantar a reforma em três etapas.

Depois de ouvir governadores, prefeitos, empresários e outros ramos da sociedade, governo e oposição aparentemente chegaram a um consenso sobre a maneira como a reforma tributária será implantada no País. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a dizer que fazer reforma tributária no Brasil é muito difícil porque cada setor tem uma proposta própria, mesmo entre o empresariado.

A idéia era implantar a reforma em 2003, mas as críticas enfrentadas fizeram o governo recuar e ceder. Agora, a reforma será dividida em três etapas.

Na primeira fase, ficaram os pontos considerados emergenciais pelo governo como a prorrogação da CPMF e dos incentivos para a Zona Franca de Manaus até 2023. Já na segunda fase, que só entra em vigor a partir de 2005, está a unificação do ICMS em cinco alíquotas e a criação de um cadastro único de contribuintes. Na terceira fase, está a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) a partir de 2007. O texto da Reforma Tributária não será dividido em PECs, no entanto, promulgou-se apenas o que está na primeira etapa.

Outro projeto que foi amplamente anunciado desde a candidatura de Lula foi o “Fome Zero”. A principal proposta do programa não é somente distribuir alimentos para quem tem fome. A idéia original do governo não era criar um programa assistencialista e, sim, de inclusão social. No seu discurso de posse, Lula disse que, se

ao fim de seu mandato cada brasileiro puder fazer três refeições por dia, já terá realizado a missão de sua vida. No entanto, até hoje o programa não mostrou a que veio, não surtindo grandes efeitos na erradicação da fome no Brasil.

O Estatuto do Desarmamento também foi um tema bastante discutido durante 2003 em Brasília. Aprovado na Câmara, o texto retornou ao Senado e sofreu novas alterações antes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancioná-lo. Entre as medidas do estatuto, o porte ilegal de armas sem registro passa a ser crime inafiançável e a idade mínima para a compra de armas passa dos atuais 21 para 25 anos, ressalvados aqueles que têm autorização para portá-la. Segundo o site de notícias do Portal Terra, a questão do desarmamento no País vem sendo discutida há pelo menos dez anos. Na Câmara dos Deputados chegaram a ser apresentados cerca de 140 projetos durante esse período. (Site Terra)

No cenário internacional Lula também se demonstrou um presidente bastante empenhado. Somente nos primeiros 11 meses de governo visitou Suíça, Argentina, França, Peru, Paraguai, Estados Unidos, Colômbia, Espanha, Portugal, Chile, Venezuela, Equador, Alemanha, Reino Unido, México, Cuba, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Namíbia e África do Sul. Em dezembro este número aumentou quando Lula visitou Líbano, Emirados Árabes, Egito, Líbia e Síria, na primeira visita de um chefe de estado brasileiro ao Oriente Médio desde Dom Pedro II. Todas suas viagens contribuíram para que Lula deixasse sua marca no exterior e confirmasse sua posição de respeito compromissos já assumidos por Governo anteriores.

Mas o Governo petista durante o ano de 2003 também foi marcado por diversas gafes cometidas pelo presidente quando este tentava improvisar durante seus discursos colocando-se, muitas vezes, em muitos momentos embaraçosos.

O presidente já trocou nome de governador (chamou o governador mineiro, Aécio Neves, de "Aécio Nunes"), disse que uma cidade africana era limpa demais ("Quem chega em Windhoek não parece que está em um país africano. Poucas cidades do mundo são tão limpas, tão bonitas arquitetonicamente e tem um povo tão extraordinário como tem essa cidade") e chegou a fazer um discurso politicamente incorreto na cerimônia de lançamento da nova política de saúde mental do governo, ao chamar de "loucos" os portadores de transtornos mentais ("Todos nós temos um pouco de louco dentro de nós. Quem não acreditar é só fazer uma retrospectiva do comportamento pessoal nos últimos dez anos que vai ver que já teve esse momento").

De uma maneira geral a avaliação que pode-se fazer do 1º ano do Governo Lula, resume-se no próprio pronunciamento feito em novembro do ano passado pelo ex- presidente FHC: "durante o ano de 2003 o governo federal teve bons resultados na área econômica, mas, deixou muito a desejar na área social".

5.5.1 Lula e o PT: o início dos conflitos

A partir do momento em que virou governo, o PT passou a ser alvo de críticas da oposição e de membros mais radicais do seu partido. Contrários com a maneira como o governo Lula via certos pontos, como, por exemplo, as reformas da Previdência e Tributária e a questão dos transgênicos, alguns congressistas ficaram contra as decisões do governo e da cúpula do partido. Isso acabou gerando um clima de insatisfação dentro do PT.

Os deputados petistas Luciana Genro (RS), João Batista de Araújo, o Babá (PA) e João Fontes (SE) foram expulsos do PT por terem votado contra as reformas na Câmara. Durante o Fórum Social Brasileiro, realizado em novembro, foi formado

um movimento para criar um partido de esquerda que poderá abrigar numa mesma legenda o atual PSTU e os radicais do PT.

Já a senadora Heloísa Helena (AL) é outra importante figura entre os radicais. A senadora lutou para manter o que ela acreditava ser a essência do PT e até mesmo participou de manifestação contra a reforma da Previdência que gerou quebra-quebra no Congresso. Como repreensão a estas atitudes, também acabou expulsada do partido.

Uma ala radical “light” foi punida, mas não com a expulsão. Em 1º de setembro de 2003, a executiva do PT decidiu pela suspensão por 60 dias de oito deputados petistas que se abstiveram de votar na reforma da Previdência. Os punidos foram Ivan Valente, Orlando Fantazini, Walter Pinheiro, Chico Alencar, Maria José da Conceição, a Maninha, Mauro Passos, João Alfredo e Paulo Rubem.

Já o deputado Fernando Gabeira se tornou o primeiro congressista a deixar o PT no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em outubro ele saiu do partido tendo como principal justificativa as discordâncias em relação à política ambiental do Executivo, principalmente quanto à questão dos transgênicos.

Outro que pisou forte contra o governo foi o senador Paulo Paim (RS). Contrário a determinados pontos da reforma da Previdência, o 1º vice-presidente do Senado chegou a ameaçar sair do partido caso as questões não fossem discutidas. Paim também se estranhou com o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, devido a algumas declarações dele. Depois de encontros com José Genuíno, presidente do PT, a questão foi considerada superada.

Mesmo com esse clima de desavenças, em abril deste ano, em reunião realizada pelo Diretório Nacional do PT, ficou decidido o apoio ao Governo, com o objetivo de reforçar o projeto de mudanças estratégicas para o país.

5.5.2 *Veja em 2003: Agora é Lula lá*

Logo na primeira edição da revista *Veja* após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a publicação parece ironizar com o fato de que o Governo Lula provavelmente será apenas uma continuação do de FHC, que foi duramente criticado pelos petistas durante os oito anos de mandato. No editorial da revista do dia 08/01/03, cuja capa apresentava a manchete “Lula-de-mel”, era publicado:

Com os ajustes de tom mais harmonizados com o discurso petista, ficou evidente para os brasileiros que o Governo de Lula será, felizmente, a extensão do que FHC vinha fazendo nas finanças públicas e, em certa medida, no campo social. (...) Uma pitada de ironia, porém, é inevitável quando se lembra que a política econômica de Fernando Henrique foi combatida pelo partido durante os dois governos de FHC. (Um bom começo, 2003, p. 07)

Na mesma edição, porém na matéria “Um dia para a história”, a revista, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância da vitória de Lula para o futuro do país, diminuía o valor de alguns de seus projetos prioritários.

Lula chega ao poder transformado num símbolo e adorado como ídolo popular, o que lhe dá condições raras de fazer seu governo deslanchar, inclusive com a realização de reformas impopulares. (...) Em seu discurso para a massa que o saudava em frente ao parlatório do Palácio do Planalto no dia da posse, Lula fez o que um líder popular faz – animou o público. Em referência a seu projeto prioritário, o Fome Zero, disse que aquele era “o primeiro dia de combate à fome” no Brasil, como se o país tivesse sido criado ontem. Ou como se nenhum presidente antes dele tivesse tentando combater a pobreza. (Um dia para a história, 2003, p. 24 e 25)

Outras passagens que podem comprovar essa tática usada pela *Veja* de elogiar alguma postura de Lula, mas, logo em seguida, mostrar algum deslize do Governo seguem abaixo:

*Sabe-se que um novo governo leva pelo menos três meses para se familiarizar com a máquina federal, descobrindo como funcionam suas engrenagens centrais. É natural, portanto, que uma nova equipe cometa deslizes. A mudança no roteiro da viagem de Lula, destinada a fazer com que seus ministros conhecessem a miséria de perto, foi um desses deslizes. (O que é isso, companheiro?, 2003, Site *Veja*)*

Na mesma edição do dia 15/01/03, saía:

O que o Brasil espera é que Luiz Inácio Lula da Silva comande sua máquina com afinção geral. Todos compreendem as trapalhadas iniciais de um governo. Como depositário de mais de 50 milhões de votos – e, mais do que isso, como figura política amada pelos brasileiros, como se viu no dia da posse –, Lula conta com a confiança nacional e tem seu período de graça para ir ajustando as peças de seu governo. O essencial está funcionando. (O que é isso, companheiro?, 2003, Site Veja)

No mês de junho de 2003, época em que o assunto que ganhava destaque em todos os veículos de comunicação era a Reforma da Previdência, *Veja* colocou-se do lado de Lula, defendendo a necessidade da Reforma Previdenciária. Talvez não tenha adotado esta postura devido à sua simpatia pelo presidente petista, mas, supostamente, por defender os interesses da classe dominante. No próprio editorial da edição do dia 11/06/03, era publicado:

Muito alarde se fez na semana passada com o fato de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter sido recebido com vaias de uma minoria de sindicalistas presentes ao Congresso da CUT, a central sindical irmã siamesa do PT. O episódio serviu para explicitar duas coisas. A primeira é de que o presidente está na linha de frente pela aprovação das reformas da Previdência e do sistema tributário, cuja defesa ele fez diante de uma platéia hostil à idéia, mesmo tendo sido sua clave cativa durante anos. A segunda é que não tem substância a atmosfera de crise política que o Brasil vem respirando nos últimos dias, em torno das políticas econômicas do governo. (Crise sem conteúdo, 2003, p.07)

No entanto, a publicação não perdeu a oportunidade de diminuir os feitos de Lula, concluindo o trecho acima dizendo: “Por sua leveza, a crise e as vaias serão esquecidas porque, no essencial, o país está indo na direção correta – mesmo que mais lentamente do que se poderia desejar”. (Crise sem conteúdo, 2003, p.07)

Já na primeira entrevista que Lula concedeu à *Veja* após sua eleição, pôde ser percebido um alívio nas críticas feitas pela revista ao presidente e até mesmo um certo tom otimista quanto à possibilidade de Lula fazer um bom governo. “Ninguém está capacitado a fazer previsões otimistas ou pessimistas a respeito do desempenho do time de Lula, mas há indicações de que ele tomou cuidados essenciais para enfrentar o jogo”. (O fim do começo, 2003, p.41)

Durante toda a matéria a publicação parece tentar passar a impressão de que Lula sabe o quê está fazendo.

A autoconfiança permanece, está estampada em declarações como “corremos o belo risco de, no próximo ano, ter o maior programa social do mundo”, mas agora parece aparece matizada pelas dificuldades naturais de governar. (...) Seu entusiasmo segue em alta, muito em alta, mas também soa mais sereno e ponderado. (O fim do começo, 2003, p. 42)

Mais adiante ainda confirma: “O presidente ainda dá a sensação de conjugar com tranqüilidade o peso de seus compromissos com a imensa tarefa de realizá-los”. (O fim do começo, 2003, p. 43) E conclui: “Quem tinha a expectativa de que Lula comandaria um governo de esquerda nostálgica pode perder a esperança – ou o receio, conforme o caso”. (O fim do começo, 2003, p. 43)

Na matéria “Lula afina orquestra”, do dia 13/08/03, *Veja* reconhecia o esforço de Lula em conduzir o país para o caminho certo.

Menos pelo tamanho e mais pela direção do primeiro passo dado na condução das reformas, Lula mudou radicalmente a percepção de que seu governo evoluía assim meio sem coordenação, como as escolas de samba do segundo grupo. (Lula afina orquestra, 2003, p. 45 e 46)

E voltava a afirmar: “Com esse tremendo avanço, aprovando a reforma em apenas sete meses de governo, o presidente Lula dissipou suspeitas de que seu governo vacilava quanto ao caminho a seguir”. (Lula afina orquestra, 2003, p. 48)

Na edição do dia 22/10/03, a postura consciente diante de grandes problemas enfrentados pelo petista, é elogiada e destacada no editorial “O bom senso de Lula”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pode computar como êxito de seu governo e uma vitória pessoal o fato de, nos dez primeiros meses de mandato, ter tido a competência política de reconduzir ao trilho diversas questões vitais para o país que ameaçavam enveredar pelo caminho da irracionalidade ou da paixão partidária ou ideológica. (...) É o resultado de uma personalidade política construída ao longo de uma vitoriosa carreira de sindicalista e de político pragmático, obcecado pelo resultado. (O bom senso de Lula, 2003, p.09)

Ainda no editorial temos:

Lula no governo foi colocado diante de encruzilhadas dramáticas. Em todas elas, o presidente, mesmo à custa de parte de sua imensa popularidade, evitou

a escolha mais fácil e optou pelo caminho que se mostrou o correto – e que muitas vezes foi o mais árduo para ele pessoalmente. (...) A bonança dos mercados, o dólar em queda e a euforia nas bolsas que o país vive, embora pouco significativos em si próprios, podem ser fenômenos precursores do ciclo de crescimento que Lula prometeu ao país. O presidente e os brasileiros bem que merecem. (O bom senso de Lula, 2003, p.09)

E, finalmente, na matéria “O governo começa mesmo em 2004”, do dia 24/12/03, para concluir o primeiro ano de cobertura do Governo Lula, foi feita uma retrospectiva das principais ações do mandato petista e, em linhas gerais, *Veja* apresentou a seguinte conclusão:

De maneira geral, o saldo de 2003 para Lula foi muito bom. Ele começou e termina o ano avaliado pelos brasileiros nas pesquisas bem acima da nota recebida por seu governo. Sua popularidade pessoal caiu um pouco, mas nada que refletisse a triste situação da economia, que praticamente conduziu o governo – e não o contrário. O ano do recomeço é 2004. (O Governo começa mesmo em 2004, 2003, p. 53)

6 CONCLUSÃO

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidência do Brasil representou um marco na história brasileira em diversos aspectos. Inicialmente porque um grande número de brasileiros se identifica com a história pessoal do ex-retirante, que partiu do Nordeste em busca de melhores condições de vida no “Sul” do país. Em segundo lugar, porque nunca o país havia tido um presidente vindo da classe operária do Brasil e com poucos anos de estudos - e esses foram dois fatores que sempre mereceram destaque nas coberturas realizadas por *Veja* das últimas eleições presidenciais do Brasil.

Foi demonstrada nesse trabalho a mudança na maneira como a revista *Veja* vem retratando Luiz Inácio Lula da Silva, desde seu surgimento como líder sindical no ABC Paulista, passando pelas eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998, chegando, finalmente, ao pleito de 2002, que resultou na vitória do candidato petista. Além disso, como forma de contextualizarmos este trabalho, optamos por dar continuidade às análises, estendendo para as edições de *Veja* de 2003, primeiro ano do Governo Lula e, os primeiros meses de 2004, período em que esta monografia foi feita.

Antes que passemos às conclusões, é importante que lembremos algumas características de *Veja*. Atualmente uma das maiores publicações do Brasil, *Veja* completou, em 2003, trinta e cinco anos de vida como a maior e mais influente revista brasileira. Segundo o ex-editor da revista, Tales Alvarenga, nessas três décadas e meia de circulação, *Veja* estabeleceu parcerias com assinantes, leitores e anunciantes, que valorizaram seus padrões jornalísticos, transformando-a na quarta maior revista de informação do mundo em circulação.

Além de ser considerada a maior revista de informação brasileira, *Veja* construiu bases sólidas, criando seu próprio estilo de redação. Por tratar-se de uma revista semanal, os jornalistas de *Veja* têm um maior período de tempo para apurar suas matérias e não simplesmente reproduzirem o que foi noticiado durante toda a semana nos demais veículos de comunicação. No entanto, conforme afirma Gilberto Dimenstein em seu livro “A aventura da reportagem”, muitas vezes o jornalista não está preparado ou disposto a buscar a informação correta e precisa. Essa situação se agrava ainda mais, segundo o autor, quando o dono do veículo de comunicação não pode ou não quer manter esta independência. Isso dificulta a imparcialidade tanto defendida nos manuais de jornalismo como o bem maior para o exercício da profissão. *Veja*, muitas vezes, adotou uma postura partidária, apoiando quem estivesse no poder para, talvez, usufruir possíveis benefícios, prática muitas vezes comum em empresas de comunicação.

No livro “O Capital da Notícia”, Ciro Marcondes Filho afirma que grande parte das empresas jornalísticas atua junto com importantes forças econômicas e sociais do país. E, muitas vezes, estes conglomerados jornalísticos aproveitam-se do poder que possuem para dar às suas opiniões a aparência de imparcialidade.

Podemos ainda lembrar de um outro grande mito que permeia o meio jornalístico: o da objetividade. Conforme pudemos verificar nas análises apresentadas neste trabalho, *Veja* transmite as informações como se fossem “a” verdade, impossíveis de serem questionadas. Para isso, utiliza-se de diversos artifícios como o de colocar suas opiniões na voz dos entrevistados. Dessa forma, o que seria considerada uma opinião, se colocada no meio do texto do repórter, vira um fato, uma vez que, teoricamente, é dita por pessoas que representam a “voz corrente” da população.

O próprio ex-editor de *Veja*, Tales Alvarenga, no editorial da revista do dia 27 de agosto de 2003, afirmou que os ingredientes que necessariamente precisam estar presentes nas grandes publicações são: ética, precisão, equilíbrio paixão e capacidade de reflexão. No entanto, em diversos momentos percebemos a mudança do discurso de *Veja* conforme seus interesses na época.

De acordo com o que foi mostrado neste trabalho, em 1989 Lula era visto por *Veja* como uma pessoa ignorante, despreparada e que representava um perigo para o futuro do país. O maior artifício utilizado pela publicação era a constante referência à aparência de Lula, muitas vezes empregada para ridicularizar o candidato petista em relação a seus concorrentes. Nesta época Lula era recém egresso do movimento sindical e, portanto, suas idéias podiam ser consideradas muito radicais pela maioria da população.

Já em 1994, para *Veja*, a vitória de um candidato da oposição parecia representar um “perigo” para a estabilidade no Brasil, mas procurou transmitir aos seus leitores a sensação de que o perigo era uma opinião generalizada da sociedade brasileira. Para isso, a revista continuou valendo-se de adjetivos negativos para descrever Luiz Inácio Lula da Silva, enquanto destacava pontos positivos de seus principais concorrentes.

Mas em 1994 Lula também já apresentava alguns sinais de mudanças de idéias e atitudes em relação à eleição de 1989. No entanto, como pudemos observar nas análises da publicação, constantemente *Veja* se referia a opiniões dadas anteriormente pelo candidato, para desqualificar sua postura no presente. Os ataques ao seu possível despreparo para assumir um cargo tão importante também foram muito utilizados. Entretanto, a cobertura realizada por *Veja* na eleição de 1994 apresentou uma peculiaridade: as críticas constantes ao Partido dos Trabalhadores. Eram alvo

da revista desde o Programa de Governo apresentado pelo partido, passando pelos seus militantes, chegando à mudança da postura adotada pelo PT. Ou seja, se antes o partido era ruim devido a suas idéias extremistas, depois continuava não merecendo crédito porque havia mudado seus princípios. Com relação a esta atitude, podemos observar que *Veja* não lembrou, na época, que Fernando Henrique Cardoso, quando se candidatou à presidência da República, em 1994 pediu que todos esquecessem o que ele havia escrito, em seus textos como sociólogo. Esse caso talvez possa comprovar o interesse da publicação em desvalorizar o principal candidato da oposição, Lula.

Já em 1998, a eleição presidencial foi marcada pelo desinteresse, *Veja* empenhou-se somente em desvalorizar as propostas de Governo apresentadas por Lula e pelo PT. Segundo a revista, as idéias do candidato petista e de seu partido eram consideradas confusas e, muitas vezes, impossíveis de serem colocadas em prática sem comprometer o futuro do país. No entanto, o PT já procurava apresentar projeto mais flexível e mais viável de acordo com a situação do país.

Essas mudanças não foram suficientes para garantir ao PT a vitória nas eleições. O Brasil encontrava-se num momento econômico e político estável e o Congresso Nacional havia acabado de aprovar o direito à reeleição. Dessa forma, a publicação não precisou esforçar-se em tentar desqualificar Lula e seu partido, contribuindo para a vitória de FHC.

Sob o comando do famoso marketeiro Duda Mendonça, o processo eleitoral de 2002 já começou em um clima favorável para o PT. Os brasileiros ansiavam por mudanças e, dessa forma, mostraram-se mais receptivos a Lula, o candidato que representava a mudança. O “novo” Lula foi alvo de muitas críticas por parte de *Veja*, que questionava a veracidade de seu discurso. Em diversos momentos, pudemos

perceber a referência à idéia de que as mudanças de pensamento demonstradas por Lula e pelo PT tratavam-se somente de jogadas de marketing para ganhar a eleição. Constantemente eram lançadas dúvidas do tipo: “Três meses de campanha anulam anos décadas de história?”. Tudo para que o clima de “medo” sobre a figura de Lula e do PT não fosse dissipado.

Apesar de continuar insistindo na idéia de que Lula na presidência representava um perigo para o país, ao poucos *Veja* foi abrandando suas críticas ao candidato petista, uma vez que as chances de Lula sair vitorioso da eleição de 2002, ficavam cada vez maiores.

Com a confirmação da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, o discurso de *Veja* mudou. Nos primeiros meses de Governo, as críticas giravam em torno do discurso adotado pelo PT e pelo presidente, que muito se assemelhava ao de FHC. No entanto, todos os erros cometidos eram justificados pelo “período de adaptação” pelo qual Lula e seus ministros estavam passando ao assumirem o poder. Um tom otimista passou a ser preponderante nos textos de *Veja*, quando se tratava das ações tomadas pelo Governo Lula.

Apesar de ter ocorrido uma mudança tanto na postura de Lula e do PT, quanto na angulação dada por *Veja* à suas matérias relacionadas ao Governo, em 2004 os dias de calma acabaram.

Na primeira edição da revista do ano de 2004, na matéria com o título “O Governo começa agora”, *Veja* já começava “explicando” que o governo Lula estava começando somente naquele momento, já que no primeiro ano o presidente e os ministros haviam dedicado toda a sua energia à anulação do clima de instabilidade, provocada pelo próprio temor da eleição de um governante petista.

Depois desse início supostamente otimista em relação ao Governo Lula, *Veja* passou a atacar o discurso do presidente alegando, muitas vezes, de que se tratava de uma retórica “oca”. Em um encontro de líderes americanos realizado em janeiro deste ano no México, Lula, apesar de continuar aplicando a mesma política do governo anterior, fez duras críticas às medidas tomadas por FHC, quando este era o presidente. Segundo matéria do dia 21/01/2004 publicada pela revista *Veja*, criticar o governo FHC, agindo da mesma forma como ele agia, significa criticar a si mesmo, o que seria incompreensível num homem inteligente como Lula. Em seguida a reportagem ainda tentou justificar a atitude de Lula como uma possível intenção de agradar a platéia petista do Brasil, o que, no ponto de vista da revista, seria uma postura constrangedora, em se tratando de um político que alcançou o posto mais alto do país.

Já na edição do dia 18/02/2004, *Veja* voltou a dedicar uma matéria inteira para falar sobre o que considerava um dos pontos fracos do Governo Lula: o improviso. Exemplos como: “Se fosse fácil resolver o problema da fome, não teríamos fome”, ou ainda, “Não tem ser humano 100% mau, como não tem ser humano 100% bom”, foram “pérolas” faladas por Lula em alguns dos seus discursos. Na matéria “O Governo do improviso”, do dia 18/02/04, *Veja* afirmava que Lula tinha o costume de usar frases bombásticas e de utilizar exemplos de sua biografia como se servissem de parâmetro para a humanidade. Em seguida, dizia que os discursos de Lula se aproximavam da megalomania, já que o presidente havia afirmado que se sentiria realizado caso conseguisse acabar com a fome do mundo, como se fosse uma tarefa fácil de ser realizada. Na mesma matéria, *Veja* também concluiu que Lula, em seus improvisos, parecia alhear-se do mundo real e não conseguia enxergar os problemas presentes no Brasil.

Outro assunto que mereceu bastante destaque por parte dos veículos de comunicação do Brasil no início de 2004 foi o caso do assessor do Ministro da Casa Civil, Waldomiro Diniz. O funcionário do Ministro José Dirceu, “homem forte” do Governo, foi flagrado pedindo propina a um bicheiro para financiar a eleição do PT de 2002. Esse acontecimento, que atingiu diretamente o Governo, serviu como ponto de partida para diversas matérias publicadas por *Veja*. Em uma delas, intitulada “A operação abafa do PT”, a publicação começou afirmando que o governo usou métodos que sempre criticou quando era oposição para impedir a criação da CPI no caso Waldomiro Diniz. Em seguida, reconheceu a postura adotada pelo PT enquanto oposição, fiscalizando os governos, cobrando transparência nas ações. No entanto, depois que virou Governo, o PT estaria fazendo ao contrário. Dessa forma, *Veja* aproveitava-se de um momento oportuno para relembrar o que o PT pregava quando era oposição e agora como Governo e, assim, tentar demonstrar que existem pontos contraditórios dentro do partido.

Cerca de cinco semanas depois do escândalo Waldomiro Diniz, *Veja* publicava uma matéria com o título: “Do que eles tanto riem?”, onde questionava o motivo de tanta alegria entre os membros do Governo, quando este estava cada vez mais afundado em uma suposta paralisia. A reportagem começava afirmando que, o “papal de animador” que havia caído tão bem a Lula no primeiro ano de Governo, não estava mais surtindo efeito na atual fase da administração petista. Os improvisos e as metáforas, tão utilizados anteriormente, estavam cada vez mais raros e já não causavam o mesmo impacto. E, para finalizar a matéria, *Veja* afirmava que apenas quinze meses depois da “apoteótica posse do primeiro presidente de origem popular”, os ares no Palácio do Planalto passavam a impressão de fim de governo.

Esse clima de instabilidade do Governo era reproduzido de forma alarmante pela revista *Veja*, dando uma proporção maior aos fatos do que eles realmente tinham. Na reportagem “Do que eles tanto riem?”, do dia 24/03/04, *Veja* afirmava que em apenas quinze meses de poder, o governo de Lula já havia frustrado as esperanças de quem aguardava a implantação de uma “vigorosa, inovadora e pragmática política social”. Em seguida, tentava desmoralizar as atitudes dos governantes petistas que poderiam estar criando um modelo de fracasso ao se deixarem dividir em duas metades antagônicas – pró e contra a política econômica de austeridade – o que poderia condenar qualquer organização ao imobilismo.

Diante da crise enfrentada por Lula no início deste ano, diversas situações que passariam despercebidas caso o Governo estivesse numa boa fase, foram transformadas em grandes escândalos. Dois exemplos que podem ser citados: a polêmica sobre o valor do salário mínimo e a matéria publicada pelo *New York Times*, afirmando que Lula era alcoólatra.

No caso do salário mínimo, Lula e seus ministros não conseguiam chegar a um consenso. Esse fato serviu de base para a matéria “Pelo sim ... Pelo não”, do dia 05/05/2004. Nesta reportagem, *Veja* afirmava que o próprio Governo era o responsável pelo clima de ambigüidade que predominava no Governo: “Enquanto o governo não parar de emitir sinais ambíguos e mensagens contraditórias, que sempre passam a impressão de que lhe falta convicção, a dúvida encontrará espaços nas manchetes da imprensa”. (Pelo sim ... Pelo não, 2004, p. 44) E completava justificando: “As divergências públicas entre membros do governo são o sinal mais eloqüente dessa ambigüidade, que costuma cobrar um preço alto”. (Pelo sim ... Pelo não, 2004, p. 45)

E, o último escândalo que contribuiu para a queda da popularidade do Governo Lula, foi a divulgação de uma reportagem no *New York Times* denegrindo a imagem do presidente. Na edição do dia 19/05/2004, na matéria “Afasta de mim esse cálice”, *Veja* afirmava que o governo havia conseguido provar que é capaz de transformar até seus melhores momentos em crises de grandes proporções. Em seguida completava que, com a reação autoritária e exagerada que havia tomado, o governo virou o jogo contra si de forma espetacular, “numa cena que só a esquizofrenia pe-tista parece capaz de exibir...”.

Aproveitando a oportunidade de um acontecimento isolado, *Veja* utilizou as atitudes tomadas por parte do Governo, para transmitir a idéia de que existia uma atmosfera de insegurança nas decisões. Na mesma matéria do dia 19/05/2004, *Veja* afirmava ainda, que os mecanismos de decisão do Governo Lula claramente tinha vários “parafusos soltos”. Como exemplo, citou o caso do Jornal *New York Times* onde, segundo a revista, foi feita uma tempestade num copo d’água a partir de um fato que poderia ter sido resolvido com elegância e até um pouco de humor.

Com essa análise, concluímos esta monografia, esperando ter cumprido o objetivo de estudar a forma como a revista *Veja* vem retratando Luiz Inácio Lula da Silva desde sua primeira candidatura à presidência em 1989 até os dias atuais, 1 ano e 6 meses após sua posse. Verificamos que Lula e o PT passaram por grandes transformações durante este período, o que contribuiu para que as críticas, se não diminuíssem, ficassem, pelo menos, diferentes. Lula e seu partido são criticados pela revista por não tomarem as decisões que prometiam há 15 anos – apesar de *Veja* não concordar com o discurso do atual presidente, na campanha de 1989. Ao mesmo tempo, Lula e o PT também são criticados por defenderem idéias próximas às do go-

verno anterior, por conseguinte, próximas também ao que *Veja* defendeu durante os últimos anos.

Dessa forma, *Veja* parece que vai adaptando seu discurso de acordo com seus interesses, possibilitando a conclusão de que a neutralidade e o compromisso estrito com a informação nos meios de comunicação talvez não sejam a maior preocupação das empresas que controlam estes veículos. Além disso, permitiu - nos perceber que a realidade existente por trás das notícias divulgadas vai muito além do simples direito à informação. Passa, na maioria das vezes, pelo conceito da ideologia seguida pela empresa jornalística.

7 REFERÊNCIAS

1. A hipótese de Lula. *Revista Veja*, São Paulo, n.1167, p. 52–57, 29 de nov.1989.
2. ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *As eleições presidenciais no Brasil em 1998: vitória do Governo ou derrota da oposição?* In: Semana Internacional, 1999, São Paulo. Disponível Em: <http://www.nupri.prp.usp.br/nupri/ei-coes98.htm>. Acesso em 24/04/2004.
3. ALCÂNTARA, Eurípedes; OINEGUE, Eduardo, PATRY, Thaís, Oyama. O fim do começo. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1816, p.41–43, 20 de ago. 2003.
4. ALVARENGA, Tales. A busca da notícia. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1817, p. 09, 27 de ago. 2003.
5. -----. Crise sem conteúdo. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1806, p.07, 11 de jun.2003.
6. -----. O bom senso de Lula. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1825, p.09, 22 de out. 2003.
7. -----. 35 anos de uma parceria sólida. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1821, p. 09, 24 de set. 2003.
8. -----. Um bom começo. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1784, p. 07, 08 de jan. 2003.
9. A queda da estrela. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1171, p. 84, 24 de dez.1989.
10. COLLOR chega à praia. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1171, p.66, 24 de dez.1989.
11. CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: A imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
12. DIMENSTEIN, Gilberto; KOTSCHO, Ricardo. *A aventura da reportagem*. v.38. São Paulo: Summus, 1990.
13. FILHO, Ciro Marcondes. *O capital da notícia: Jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1989.

14. FILHO, Expedito; POLICARPO, Júlio. Cabeça a cabeça. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1550, p. 42–47, 10 de jun.1998.
15. FREITAS, Olívia. *Modificar para seduzir: o marketing político e a esquerda no poder*. Juiz de Fora: UFJF, 1.sem.2003, 140 fl. Mimeo. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.
16. GASPARI, Malu. A operação abafa do PT. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1842, p. 42–45, 25 de fev. 2004.
17. -----. Do que eles tanto riem? *Revista Veja*, São Paulo, n. 1846, p. 38–42, 24 de mar. 2004.
18. GASPARI, Élio. Luiz Inácio Sinatra da Silva. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1329, p. 21–26, 02 de mar. 1994.
19. GRAIEB, Carlos. Vai ser preciso segurar. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1174, site, 23 de out. 2002.
20. <http://www.estadao.com.br>. Acesso em 24/04/2004.
21. <http://www.lula.org.br>. Acesso em 20/03/2004.
22. <http://www.veja.com.br>. Acesso em 09/05/2004.
23. <http://www.terra.com.br>. Acesso em 16/05/2004.
24. LIMA, João Gabriel de. O Governo do improvisado. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1841, p. 44-47, 18 de fev. 2004.
25. LIMA, João Gabriel; LIMA, Maurício, OYAMA, Thaís. Um por todos e todos por um. *Revista Veja*, São Paulo, n.1776, site, 06 de nov. 2002.
26. LIMA, Maurício. Lula afina orquestra. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1815, p. 45-48, 13 de mar. 2003.
27. -----. O que é isso, companheiros? *Revista Veja*, São Paulo, n. 1785, site, 15 de jan. 2003.
28. -----. Só mesmo ele. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1176, site, 04 de dez. 2002.
29. LUCA, Tânia Regina de. *Indústria e trabalho na história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

30. LULA entra no jogo. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1161, p. 45–49, 18 de out.1989.
31. LULA tropeçou na moeda. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1363, p.64–65, 12 de out. 1994.
32. MENDES, Candido. *Lula: a opção mais que o voto.*_Rio de Janeiro, Garamond, 2002.
33. MOTTA, Fábio. As chances de Lula fazer um bom governo. *Revista Veja*, São Paulo, n.1170, site, 25 de set. 2002.
34. -----. Cristãos Novos do capitalismo. *Revista Veja*, São Paulo, n.1170, site, 25 de set. 2002.
35. O duelo no papel. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1362, p. 43–44, 05 de out.1994.
36. O Governo começa mesmo em 2004. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1834, p. 53, 24 de dez. 2003.
37. OLTRAMARI, Alexandre. O Governo começa agora. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1835, p. 40–44, 07 de jan. 2004.
38. -----. O que eles têm para dizer? *Revista Veja*, São Paulo, n. 1837, p. 36-39, 21 de jan. 2004.
39. O PT brilha e também mete medo. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1341, p. 38, 15 de jun.1994.
40. OYAMA, Thaís. Lula muda a história. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1175, site, 30 de out.2002.
41. -----. Vinte anos na oposição. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1175, site, 30 de out. 2002.
42. PERES, Leandra. Afasta de mim esse cálice. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1854, p. 36-43, 19 de mai. 2004.
43. -----. Pelo sim...Pelo não. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1852, p. 44-47, 05 de mai. 2004.
44. SABINO, Mário. E agora companheiro? *Revista Veja*, São Paulo, n.1567, p.34–36, 07 de out. 1998.

45. SOARES, Ismar de Oliveira. *Para uma leitura crítica dos jornais*. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1984.
46. UM dia para a história. *Revista Veja*, São Paulo, n. 1784, p. 23–27, 08 de jan. 2003.
47. VERDELHO, Valdeci. *A nova imprensa sindical*. In: FESTA, Regina & SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Comunicação Popular e Alternativa no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1986.
48. VIANNA, Luís Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.